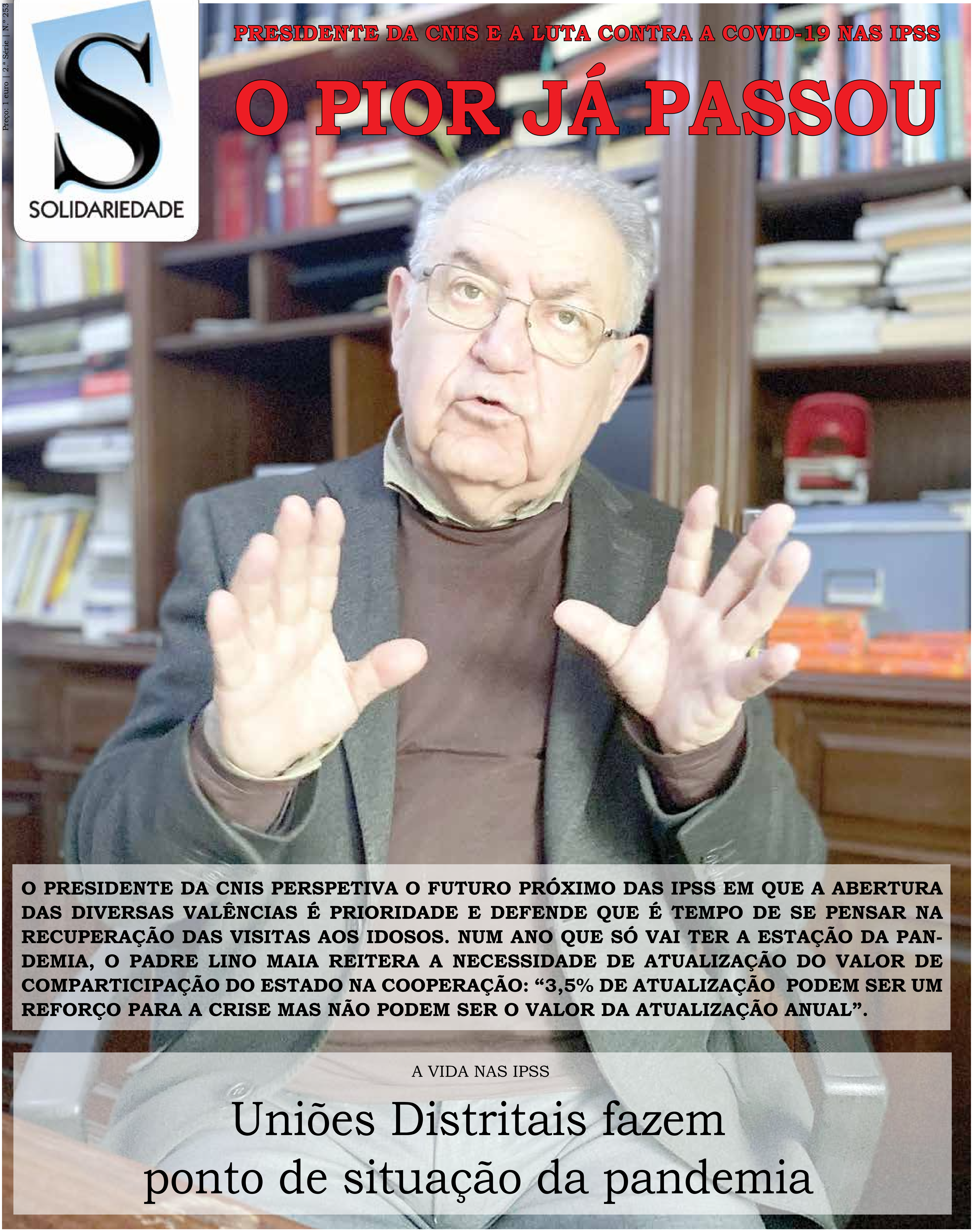
Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

Mensal| Maio 2020 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 253

SOLIDARIEDADE



PRESIDENTE DA CNIS E A LUTA CONTRA A COVID-19 NAS IPSS

O PIOR JÁ PASSOU

O PRESIDENTE DA CNIS PERSPETIVA O FUTURO PRÓXIMO DAS IPSS EM QUE A ABERTURA DAS DIVERSAS VALÊNCIAS É PRIORIDADE E DEFENDE QUE É TEMPO DE SE PENSAR NA RECUPERAÇÃO DAS VISITAS AOS IDOSOS. NUM ANO QUE SÓ VAI TER A ESTAÇÃO DA PANDEMIA, O PADRE LINO MAIA REITERA A NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DE COMPARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA COOPERAÇÃO: "3,5% DE ATUALIZAÇÃO PODEM SER UM REFORÇO PARA A CRISE MAS NÃO PODEM SER O VALOR DA ATUALIZAÇÃO ANUAL".

A VIDA NAS IPSS

Uniões Distritais fazem ponto de situação da pandemia

PORTUGAL CTT
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
4400 Devesas - V.N. Gaia
TAXA PAGA
Autorizado pelos CTT a circular
em invólucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/204004/DCN
Mensário da CNIS

José Leirião
Membro da CNIS

Os direitos humanos e a Covid-19

Falar dos direitos humanos, incluindo os direitos económicos e sociais, pode parecer de algum luxo, dado a crise de pandemia que estamos vivendo, mas isso é, de facto, quando falar de tais direitos se torna mais necessário.

Nós estamos a atravessar tempos muito dificeis e graves. Uma crise de saúde pública com efeitos muito significativos ao nível social e económico está acontecendo na nossa frente.

A Covid-19 tem-se espalhado através do mundo sem discriminação. No entanto, na estrutura global socio-económica os enigmas das profundas desigualdades agravam as consequências para os mais desfavorecidos.

Em resultado de décadas de governação neoliberal, milhões de pessoas em todo o mundo são apanhadas pela pandemia sem uma estrutura de protecção social efectiva instalada, sem segurança social, nem acesso a cuidados de saúde, nem protecção social de qualquer tipo.

A História mostra-nos que os surtos pandémicos afectam desproporcionalmente os mais vulneráveis. Milhões de pessoas vivem de trabalho precário, milhares delas vivem sem tecto. De notar que na EU existem cerca de duzentos milhões de pobres.

O legado neoliberal de contractos de trabalho flexíveis, baixa partilha de risco e previdência social enfraquecida é um mundo escuro.

Mais do que nunca e sob tal pandemia, qualquer política desenhada para combater a crise da Covid-19 tem de ser à prova de discriminação.

A União Europeia e os Estados Membros têm meios financeiros e constitucionais para resolver este problema social, através da emissão de *Eurobonds* (mutualização de certificados de dívida para apoiar todos os Estados Membros principalmente na estratégia de recuperação da economia europeia). Infelizmente, em duas tentativas de aprovação desse plano, houve desacordo. Essa emissão de dívida seria da responsabilidade da EU (Eurogrupo) e não ser repartida pelos Estados Membros, o que iria aumentar a sua dívida pública levando a que muitos países (especialmente do Sul) ficariam impossibilitados de financiar a estratégia de recuperação económica. Essa dívida tem de ser inteirinha assumida pela EU.

Infelizmente já houve duas tentativas falhadas devido à oposição da Alemanha e Holanda.

De forma rápida temos de assegurar que qualquer abordagem para combater os efeitos directos e indirectos da Covid-19 é holística, isto é, tem de tomar em conta a natureza estrutural da crise e assegurar que os direitos humanos fundamentais, incluindo direitos económicos e sociais de todo e qualquer individuo são bem protegidos.

Esta é grande oportunidade e talvez única nos próximos cinquenta anos de, definitivamente, a EU assumir a partilha de risco e solidariedade para com todos os seus membros, isto para que a União Europeia possa definitivamente reconciliar-se com os cidadãos europeus, cansados de falhanços nas políticas sociais, união bancária política fiscal e outros, em que impera a defesa de interesses individuais dos países. Esta incrível situação leva-nos a concluir que os políticos actuais não estão à altura da exigência de um financiamento partilhado da recuperação económica.

Esta nova geração de políticos está muito longe de possuir a visão, a honestidade, o compromisso e a humanidade dos políticos de há sessenta anos. Em vez disso funciona o compadrio e a corrupção. É preciso que os cidadãos europeus ponham termo a este estado de coisas. Os líderes actuais já demonstraram várias vezes não estarem à altura da tarefa gigantesca que tem de ser enfrentada em conjunto.

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS CNIS/APM

Campanha para compra de EPI para as IPSS rende 75 mil euros

Rendeu quase 75 mil euros a campanha de angariação de fundos que CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) e a APM-RedeMut (Associação Portuguesa de Mutualidades) levaram a cabo, com o objetivo de adquirir Equipamentos de Proteção Individual - EPI para doar às Entidades de Economia Social.

O saldo final totaliza **74.667,00€** e vai permitir fazer uma encomenda de 60 mil máscaras cirúrgicas, 102 mil pares de luvas, 25,2 mil aventais descartáveis, 244 garrafões de 5l de álcool gel antisséptico, 240 fatos impermeáveis, 240 batas impermeáveis, encomenda que que será dividida em partes iguais pelas associações mutualistas da APM e pelas IPSS da CNIS. Durante este mês de maio a CNIS vai fazer chegar este material às IPSS para que seja distribuído pelos trabalhadores.

A campanha, através de donativos para a uma conta solidária destina-se a propiciar EPI's aqueles que diariamente cuidam de milhares de pessoas: idosas, com deficiência, em situação de sem abrigo, com diversas vulnerabilidades e estão a ficar sem equipamentos que protejam os seus funcionários e utentes. As 5.680 entidades de solidariedade social empregam 340 mil Trabalhadores e acolhem 800 mil utentes, dos quais 300 mil são idosos.

É este o Sector Social Solidário em Portugal. É esta a realidade das IPSS em Portugal:

A campanha teve início do dia 03 ao dia 09 de abril de 2020, em território nacional, através de depósito direto ou por transferência de donativos na conta bancária constituída especificamente para o efeito, no Banco Montepio (Caixa Económica Montepio Geral).

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

Direitos das pessoas idosas

1. Aos 71 anos, o responsável máximo das Nações Unidas falou ao mundo "*como idoso e como responsável por uma mãe ainda mais idosa*" para pedir que a resposta à pandemia da covid-19 seja feita respeitando os direitos e a dignidade dos mais velhos. *"Estou profundamente preocupado"*, diz Guterres, assumindo que o novo vírus está a causar *"medo e sofrimento incalculáveis"* entre a população idosa.

Assumindo-se como porta voz dos mais velhos e falando diretamente sobre os riscos acrescidos da doença neste grupo etário, acrescenta: *"A taxa de mortalidade é alta e, para os maiores de 80 anos é cinco vezes a média global"*.

"As pessoas idosas têm o mesmo direito à vida e à saúde que as outras", frisou António Guterres, para quem o *"medo e sofrimento incalculáveis"* gerados nos idosos pela nova pandemia resultam, não só da doença, mas também por maior causa do risco de pobreza, discriminação e isolamento. *"É provável que tenha um impacto arrasador sobre os idosos dos países em desenvolvimento"*, assume.

"Estou profundamente preocupado com a pandemia a nível individual e com os seus efeitos nas nossas comunidades e sociedades", afirmou Guterres.

A intenção do secretário-geral da ONU é apontar o dedo às autoridades mundiais para que sejam adotadas medidas de apoio social que evitem o isolamento e o abandono dos idosos em tempos de confinamento.

"Para ultrapassarmos juntos esta pandemia, precisamos de aumentar a solidariedade global e nacional e os contributos de todos os membros da sociedade, incluindo os idosos", sustentou António Guterres.

2. Como nas primeiras civilizações o número de idosos era ínfimo, em razão das circunstâncias da época, os poucos que existiam exerciam papéis fundamentais como chefes de família e tinham o domínio financeiro, patriarcal e religioso. Eram vistos como fonte de experiência e sabedoria; por deterem o poder de guardar as experiências vividas, foram grandes colaboradores na evolução social, política e religiosa das sociedades da época. No entanto, com o passar dos tempos as necessidades vão mudando. Adversa àqueles valores, a partir do século XVIII surgem traços de uma sociedade canalizada para o capitalismo e a tecnologia. Os séculos XIX e XX recebem essas mudanças com maior grau de concentração; logo, o valor do ser humano fica estritamente relacionado à sua força física, à sua capacidade de criação e produção. Assim, o velho começa a perder espaço. Com o avanço tecnológico, vários setores da sociedade obtiveram ganhos, dentre estes a área da saúde. Usufruindo o novo mundo que surgia, as pessoas começaram a viver por mais tempo, pois o avanço na área médica visa à longevidade, preocupando-se com a alimentação, o controle de epidemias, a vida saudável e o desenvolvimento de medicamentos sofisticados, com vistas a possibilitar à população melhor qualidade de vida. Logo, a pirâmide demográfica da população sofreu alterações, diminuindo o número de crianças e aumentando o de idosos. Constata-se que hoje o envelhecimento da população é um desafio que ultrapassa prismas individuais, vinculando sociedade e Estado. Manter uma população idosa requer projetos de elaboração de políticas públicas e o dispêndio de grandes verbas, pois são pessoas que, em razão das circunstâncias da idade, tornam-se mais debilitadas, necessitam de atendimento médico com frequência, de alternativas de lazer e reforma. É importante reconhecer que o envelhecimento populacional é um fenómeno social que requer a atuação positiva do Estado, da sociedade e das suas instituições como forma de efetivar sua existência digna, não negá-la. O envelhecimento humano é um dos únicos fatores naturais que interligam a todos; torna-se primordial o respeito à vida e à dignidade humana, o que é responsabilidade do poder público, mas também de todos os cidadãos.

3. Defendendo que os idosos devem ser tratados de forma justa, independentemente da sua deficiência ou outra condição, género, idade, origem étnica ou racial, e ser valorizados independentemente da sua contribuição económica, a resolução 46/91 da Assembleia Geral das Nações Unidas, refere como direitos das "Pessoas Idosas", nomeadamente:

- Acesso a alimentação, água, alojamento, vestuário e cuidados de saúde adequados, através da autoajuda, da garantia de rendimentos e do apoio comunitário e familiar.

- Acesso a cuidados de saúde que os ajudem a manter ou a readquirir um nível ótimo de bem-estar emocional, físico e mental e que atrasem ou previnam o surgimento de doenças e acesso aos recursos culturais, educativos, espirituais e recreativos da sociedade.

- Beneficiar dos cuidados e da proteção da comunidade e da família em conformidade com o sistema de valores culturais de cada sociedade.

- Possibilidade de gozar os direitos humanos e liberdades fundamentais quando residam em qualquer lar ou instituição de assistência ou tratamento, incluindo a garantia do pleno respeito da sua dignidade, convicções, necessidades e privacidade e do direito de tomar decisões acerca do seu cuidado e da qualidade das suas vidas.

- Possibilidade de utilizar meios adequados de assistência em meio institucional que lhes proporcionem estimulação social e mental, proteção, reabilitação e numa atmosfera humana e segura e de viver em ambientes que sejam seguros e adaptáveis às suas capacidades em transformação e preferências pessoais.

COVID-19

Luz ao fundo do túnel?

Com o intuito de traçar um retrato da situação das IPSS a nível nacional perante a pandemia do novo coronavírus, fica o testemunho dos responsáveis pelas diversas estruturas intermédias da CNIS, exceção feita ao distrito de Portalegre por motivos de doença do dirigente incumbido para tal.

Assim, aos dirigentes das Uniões Distritais e das federações da área da Deficiência que integram a CNIS foram colocadas duas questões:

1 – Que balanço faz da pandemia nas IPSS do distrito?

2 – Como perspetiva o futuro próximo das IPSS?

João Canedo Reis
(URIPSS Açores)

1 - O nosso trabalho inicial como União foi contactar todas as IPSS (mais de 200) telefonicamente, logo no início de março, para trocar ideias e tomar conhecimento das necessidades específicas de cada um, o que foi muito positivo e instrutivo. Neste ato privilegiámos o contacto por email e telefónico. Como resultado vimos instituições preocupadas, mas com equipas de trabalhadores responsáveis solidários e com um grande humanismo. Neste tempo de contágios da Covid-19, tivemos apenas uma ERPI que, infelizmente, teve vários utentes contaminados e registou alguns óbitos. Considerando que somente esta IPSS nos Açores, até à data, apresentou casos de contaminação, faço um balanço positivo do trabalho responsável das IPSS, aliada a uma parceria muito importante e ativa com a Secretaria Regional da Solidariedade Social, que desde o início se disponibilizou para apoiar com diversas medidas e que tem feito um excelente trabalho de acompanhamento. Não devemos também descurar o apoio de alguns Municípios na aquisição de EPI e outros materiais. Na última semana de abril, começaram, sob orientação da Direção Regional de Saúde, os testes aos trabalhadores das IPSS com valências em funcionamento e que se encontram em escalas de rotação.

2 - Na minha perspetiva, acho importante iniciar de imediato o regresso à normalidade possível. Quero dizer com esta afirmação que é tempo de começar a abrir valências, mesmo que com certas restrições, e dar alguma esperança às pessoas. Estes passos devem ser tomados com todas as condicionantes e medidas de proteção exigidas, como por exemplo, abrindo inicialmente com menos crianças por sala nas creches e nos jardins de infância e, principalmente, para as crianças que tenham ambos os progenitores a trabalhar. Limitar as visitas nas ERPI e estruturas de internamento, inicialmente, a familiares diretos, salvaguardando sempre as medidas de proteção e as orientações da Direção Regional de Saúde, para podemos regressar à normalidade possível. Não podemos, nem é humanamente possível, mantermos as pessoas fechadas nas instituições sem contacto com o exterior e os seus familiares. As IPSS nos Açores com estas valências estão prontas para iniciar o seu trabalho com a responsabilidade a que são obrigadas e que muito bem o têm feito. Ciente que o nosso modo de vida se alterou, e muito, estou também convicto que o Sector Solidário está mais unido para enfrentar este novo desafio que lhe é colocado: o regresso a um mundo não novo mas com cuidados e comportamentos diferentes. Um bem haja solidário para todos.

José Carreiro
(URIPSS Algarve)

1 - O Algarve é uma região que não foi a mais castigada pela Covid-19. Desde que começou a situação de Emergência Nacional, a maior parte das IPSS fecharam portas, porque a maioria delas somente têm as respostas sociais de Creche, Jardim de Infância e CATL. Ficaram abertas as ERPI, os Lares Residenciais, os Centros de Acolhimentos para jovens e as Unidades de Cuidados Continuados. Também fecharam os Centros de Atividades Ocupacionais, os Centros de Dias e os Serviços de Apoio Domiciliário. No Algarve somente houve problema numa ERPI, estando nesta altura todas numa fase de testes com resultados negativos.

2 - Com o desconfinamento, as IPSS estão a preparar um programa para abertura das respostas sociais que ainda estão encerradas. De salientar que outras instituições com respostas sociais abertas já têm um programa de higienização e equipamentos de proteção individual adquiridos. Para as creches, cujo início de atividade está previsto para o dia 18 de maio, os pais estão a ser consultados para manifestarem o seu interesse na frequência dos seus filhos na resposta social. Sabe-se que muitas das creches não poderão abrir a 18 de maio, porque muito pessoal está em casa a tomar conta dos seus filhos menores. Outras também estão a estudar a possível colaboração do pessoal do Pré-escolar para esse arranque. Muitos problemas irão surgir, nomeadamente quanto à circulação dos pais nos equipamentos, ou seja, é preciso arranjar forma de eles não se encontrarem uns com os outros. Todas as instituições estão a adquirir equipamentos de proteção individual para o pessoal destas respostas sociais. A diminuição do número de utentes por sala será também mais uma preocupação depois do dia 1 de junho, pois está a ser estudado a ocupação de salas do pré-escolar na fase de arranque a 18 de maio.

Carlos Lacerda Pais
(UDIPSS Aveiro)

1 - A Covid-19 é um evento de força maior, que confinou dois mil milhões de pessoas em todo o mundo nas suas casas e as suas consequências são além de humanas, económicas. Contudo, é imprevisível aferir a real dimensão desta crise de saúde pública que agora vivemos, porque os seus contornos não são totalmente antecipáveis, no presente momento. Esta emergência de saúde pública, têm ocupado naturalmente as preocupações das nossas instituições. As principais inquietações são, obviamente, com a saúde e a segurança dos cidadãos, consideradas uma prioridade, nas nossas respostas sociais. Às instituições cabe esse esforço, mas também o de sublimar as consequências que um fenómeno desta natureza pode ter. Diversas medidas legislativas, de fontes nacionais e europeias, foram, entretanto, aprovadas para mitigar os efeitos adversos da crise e as IPSS de Aveiro souberam aplica-las plenamente. As instituições do distrito de Aveiro reposicionaram-se e realizaram um trabalho de muito nível, distintíssimo em várias dimensões, com muito sucesso, sobretudo no plano das relações sociais, exemplo demonstrativo do talento e valor das suas equipas.

2 - Numa perspetiva económica e social, as IPSS enfrentam um contexto particularmente exigente. Depararam-se subitamente com um quadro inteiramente novo que as forçou a alterar e a suspender a sua atividade e, nesta cultura que se instala, eu diria que as instituições se transformam para o futuro. Em situação económica difícil resistem às repercussões, estão a reajustar-se, tomando decisões para agilizar a recuperação, preparam o seu futuro próximo, a reabertura, aplicando com diligência os planos de contingência e de reação definidos. Aliás, a sua missão estatutária e objeto social projeta-as sempre em direção ao futuro. Após o término do período atual de contingência, as IPSS terão um papel de absoluta relevância na diminuição das consequências daqui decorrentes de modo insubstituível. As nossas memórias identitárias serão preservadas, mas há que prosseguir na construção de uma nova via para um futuro novo. Aliás, do ponto de vista social, a confiança que o país tem em nós estriba-se no rigor e exigência da nossa resposta às novas solicitações que o futuro nos dirige. Uma última nota para dizer que a excecionalidade das circunstâncias em que vivemos, justificam uma atenção muito especial do Estado, na prossecução do modelo cooperativo com as instituições, uma vez que sem as IPSS o Estado não reúne todas as condições necessárias ao desempenho da transcendente missão de responder à atual conjuntura de emergência. Só no âmbito de uma solução de convergência entre o Estado e as instituições será possível evitar que os danos repercutidos nos planos financeiro e económico alarguem o desastre ao plano social.

Nuno Farinha
(UDIPSS Beja)

1 - No distrito de Beja, a pandemia até ao fim de abril tem registado poucos casos positivos nas IPSS, no entanto, há a lamentar uma vítima em ERPI. Ainda assim, de modo geral, as instituições, com as suas limitações quer de recurso humanos, quer financeiros, têm efetuado um esforço para que tudo corra pelo melhor. Naturalmente, todas colocaram em prática os seus respetivos planos de contingência, o que até ao presente momento parece estar a dar resultado. De salientar o apoio da comunidade em geral, a qual tem manifestado solidariedade para fazer face ao momento que atravessamos, nomeadamente através do apoios dos Municípios (apoios pagamento água, doação de EPI, adiantamento de subsídios anuais protocolados, apoio na desinfeção de equipamentos sociais, apoio em transportes entre outros), assim como por parte do Centro Distrital de Segurança Social e de toda a sua equipa e ainda de iniciativas de angariação de fundos por parte de entidade privadas e públicas. Neste final de abril já se encontra em curso a realização de testes nas ERPI do distrito, sendo que até ao momento todos com resultado negativo.

2 - Importa referir que é com grande apreensão que vemos o início do desconfinamento, em particular nos esquipamentos Creche e Pré-escolar, dado que a informação ainda é escassa. Naturalmente, vai exigir um esforço muito grande por parte das instituições, esforço tanto a nível organizacional como financeiro, dado que para colocar em prática eventuais medidas, resultará sempre um acréscimo de despesa, a qual pode não ter respetiva comparticipação assegurada. Embora os acordos de cooperação já tenham sido atualizados nas respostas típicas, ainda falta atualizar os acordos atípicos. A percentagem do aumento, apenas cobre parte do aumento dos salários ocorridos em janeiro por força do aumento do salário mínimo, pelo que, com o aumento de despesas em muitas instituições e simultaneamente com corte nas receitas, espera-se um maior sufoco das instituições em geral. Também de salientar que várias IPSS do distrito têm outras respostas, as quais, por força da pandemia, têm que dar respostas alimentares ou apoios pecuniários. Nota-se claramente o aumento dos pedidos de apoio alimentar. Nos próximos meses, o número de beneficiários que recebem POAPMC vai crescer na ordem dos 100%, com as IPSS a terem, mais uma vez, um papel fundamental neste programa. De notar também que as IPSS têm um papel de relevo no apoio a imigrantes, que por força da crise estão muitos sem emprego e que precisam de ajuda e não podem ser esquecidos. As instituições estão a preparar-se para o futuro com muitas reservas. Resta-nos aguardar, cumprindo com as nossas obrigações e esperar que a sociedade proceda em conformidade.

Roberto Mariz
(UDIPSS Braga)

1 - O balanço manifesta a capacidade das IPSS em se ajustarem e adaptarem às dificuldades, sem fugirem das suas responsabilidades. As valências da Infância, além das valências da Deficiência e Centro de Dia, foram fechadas. Isto obrigou as instituições a adaptarem-se: procurando o enquadramento legal para os colaboradores em ordem à sustentabilidade; e fortalecendo o vínculo possível à distância com os seus utentes. Tudo isto procurando manter um equilíbrio entre o serviço prestado e a redução das mensalidades.

Muitas foram as dúvidas e incertezas. Com dedicação, esforço e responsabilidade foram encontrando-se as soluções com a interação dos colaboradores e das famílias. Relativamente às valências para as pessoas idosas, o desafio foi e é imenso. Sabemos da vulnerabilidade das pessoas mais idosas perante a infeção por Covid-19. Temos instituições que conseguiram ter todas a gente negativa para a doença, mas muitas instituições, nomeadamente em ERPI, passaram pela dificuldade de lidar com pessoa infetadas, entre colaboradores e utentes. Em articulação entre IPSS, Centro Distrital da Segurança Social, ACES, ANPC, Igreja e autarquias, foi-se procurando encontrar as soluções possíveis.

2 - O futuro apresenta-se difícil e desafiante. Sobre as valências de Infância, diversas IPSS têm perguntado: Quem paga os materiais de proteção? Vai existir um encargo acrescido com todo material desinfetante e de proteção? Os pais vão sentir-se confiantes ao levarem as crianças para as valências? E os colaboradores, como vão sentir-se? Há muitas incertezas. Mas as IPSS, como sempre, darão o seu melhor. Nas valências dos idosos, mantém-se o desafio imenso para continuar a controlar os possíveis casos positivos o mais cedo possível, evitando o contágio. Os colaboradores, na sua grande maioria, aceitaram sacrifícios que não pensavam fazer, como ficarem 14 dias seguidos nas instituições. Outro desafio é conseguir uma maior proximidade entre estes utentes e as suas famílias. Pela internet consegue-se algum contacto, mas não é a mesma coisa. Finalmente: a sustentabilidade. Se muitas IPSS já estavam em dificuldade, com este aperto a dificuldade irá crescer. Urge uma solução que minimize esta realidade. Não vejo as IPSS a imputarem estes custos às famílias nas mensalidades, elas que também sairão desta pandemia com dificuldades económicas acrescidas. Foi dado o aumento extraordinário de 3,5% nas comparticipações, mas será necessário mais, ou um outro aumento significativo para o ano ou a atribuição de um valor suplementar por utente para as valências afetadas, nomeadamente as que lidam com os idosos. Não vimos nenhuma IPSS negar-se a assumir as despesas com EPI e outros materiais, mas é preciso olhar esta realidade.

Paula Pimentel
(UIPSSD Bragança)

1 - As instituições tiveram necessidade de se adaptar, muito rapidamente, a esta nova forma de viver, de agir e de estar perante a Covid-19. O medo, a preocupação e a incerteza eram as palavras de ordem e desde o início tomaram conta de dirigentes e profissionais das IPSS. Mas, desde logo, procurámos agir, reagir e pensar nos mecanismos disponíveis para fazer face aos piores cenários. As preocupações têm sido muitas, sendo que a principal sempre foi a de assegurar que o vírus não entrasse nas instituições e se propagasse entre os utentes e trabalhadores. Esta continua a ser a nossa maior preocupação! Passados quase dois meses de grande instabilidade, o balanço é francamente positivo no distrito de Bragança. Mas o caminho é longo. Uma inquietação sentida foi a de procurar manter motivados os colaboradores, gerindo emoções e pensamentos positivos de forma a assegurar que todos consigam agir eficazmente. As nossas equipas e profissionais têm sido excecionais, aos quais eu gostaria de deixar uma palavra de agradecimento e gratidão. Uma grande dificuldade sentida, de início, foi a de elaborar os planos de contingência. A UIPSSDB teve aqui um papel muito importante na medida em que orientou e respondeu aos pedidos das suas associadas. Desde sempre, houve necessidade e uma grande preocupação em garantir a sensibilização, responsabilização e informação a toda a equipa. Em termos de custos, posso afirmar que nos deparamos com despesas aumentadas, receitas limitadas e que, a garantia de aquisição de EPI tem sido uma grande preocupação, quer pelos valores de mercado aumentados quer pela carência dos mesmos. Uma palavra de apreço também aos muitos dirigentes que, voluntariamente, dedicam toda a sua força e energia.

2 - Quero acreditar que tudo isto vai ser ultrapassado... Quando? Não me parece que voltemos à normalidade tão depressa e haverá, certamente, necessidade de nos adaptarmos e criarmos respostas circunstanciais para tentar criar uma "nova" normalidade. Há ainda muitas dúvidas, medos, receios e angústia, mas também coragem para seguir e ajudar a manter a motivação de todos. Os tempos que se avizinham, não serão certamente fáceis. Mais do que nunca, as instituições precisam de encontrar soluções para se adaptarem a uma nova realidade e conviver com o vírus. Cada vez mais, a gestão das IPSS tem que ser eficaz e transparente e, por sua vez, os seus dirigentes devem estar mais presentes do que nunca na vida das instituições, muito capacitados e com visão, precaver o futuro. Cada vez mais, a população precisará de nós. Cada vez mais, o Governo tem de olhar para o Sector Social e Solidário com outros olhos, investindo seriamente em quem é capaz de fazer mais, de fazer "muito com pouco", de quem é capaz de garantir o apoio efetivo às populações mesmo sem grandes incentivos e apoios.

Maria de Lurdes Pombo
(UDIPSS Castelo Branco)

1 – A UDIPSS de Castelo Branco, face à pandemia Covid-19, definiu imediatamente como ia ser o seu apoio às associadas com valências de ERPI, lares residências e apoio domiciliário, as respostas sociais que continuavam em funcionamento. Todos os órgãos sociais da UDIPSS foram envolvidos, dividindo-se para dar apoio de mais proximidade junto de cada uma das três zonas que foram definidas no distrito. E, assim, apoiámos algumas associadas na implementação dos planos de contingência. Não recebendo apoio de nenhuma entidade e esquecidos pelos serviços de saúde, os presidentes das Câmaras de todos os concelhos foram sempre nossos parceiros. Definiram um ou mais espaços em cada concelho para receber utentes dos lares, evitando que fossem para fora da região quando infetados, porque nem todas as IPSS têm espaços disponíveis. Como só a CNIS nos enviou luvas para distribuir aos associados, foi possível obter equipamento de apoio de várias Câmaras Municipais, médicos dentistas e associação de futebol, conseguindo-se atenuar um pouco as despesas das instituições. As Câmaras Municipais do distrito fizeram testes rápidos aos colaboradores de todos os lares. Até hoje não há nenhum lar do distrito que tenham utentes infetados. Felizmente, estamos tranquilos, mas sempre vigilantes.

2 - Sentimos que há um olhar diferente do SNS para os lares, o que é importante face ao desconfinamento que se vai iniciar. Com a abertura necessária da economia e serviços exige-se ainda mais de nós e, seguramente, vamos dar o nosso melhor. Considero que os nossos colaboradores também são heróis e merecem palmas.

Horácio Santiago
(UDIPSS Coimbra)

1 – As IPSS são essenciais. Foi com preocupação e incerteza que recebemos as notícias de Itália e Espanha e, mais tarde do norte de Portugal, com imagens de ansiedade, cansaço, desespero e dor de utentes, colaboradores e diretores de instituições invadidas pelo novo coronavírus. Sem testes e EPI e sem os poder adquirir, por manifesta falta de meios financeiros, decorrente dos efeitos da recessão da primeira década, ou porque não os havia no mercado, sentimos medo. Sentimo-nos, também, invadidos, sós e desamparados. Felizmente, em Coimbra, os casos de Covid-19 não foram muitos, nem demasiado severos. Num contexto de 250 IPSS, 500 respostas sociais para idosos, 15.000 utentes e 5.000 colaboradores, houve cerca de 100 infetados, distribuídos por uma dezena de instituições e, sobretudo, muito poucos óbitos, pelo que tem que se considerar uma boa performance das instituições, que mostraram estar preparadas, organizadas, com planos de contingência aprovados e, no geral, eficientes. A origem dos casos veio de fora e foi difícil detetar para não transmitir a colaboradores e utentes. Um agradecimento aos colaboradores (nem todos) que, heroicamente, exaustos e angustiados, continuaram a dar apoio e carinho a milhares de idosos. Uma palavra também aos diretores que, voluntária e afincadamente, se mantiveram ao leme dos barcos, solidários com os colaboradores, e aos autarcas que estiveram presentes, apoiando as instituições. Alguns foram fundamentais, mostrando como conhecem e reconhecem o mérito das instituições dos seus concelhos e freguesias. Bem hajam.

2 - O futuro vai ser muito difícil. Estamos perante a maior recessão mundial. O desemprego vai subir assustadoramente, as famílias vão ter mais dificuldades e vão assumir o acompanhamento dos pais e a guarda dos filhos. As comparticipações familiares vão voltar a descer e a Segurança Social vai repetir a tentação de pedir revisões em baixa. A receita vai, inevitavelmente, descer. Adaptar instalações, recrutar colaboradores e cumprir novas exigências, vão aumentar a despesa exponencialmente. O futuro das IPSS vai ser difícil e exigente, com qualidade e rigor, porém, vai haver futuro, porque as instituições são constituídas por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos. E porque as IPSS são essenciais, salve-se, o assumido, finalmente, pelos governantes.

Tiago Abalroado
(UDIPSS Évora)

1 - Felizmente no distrito de Évora não houve registo de casos de Covid-19 em utentes das IPSS. A UDIPSS Évora acompanhou de perto, desde o primeiro momento, toda a ação preventiva levada a cabo quer pelas instituições quer pelos vários parceiros, mediando, apoiando e dando suporte na elaboração dos planos de contingência, na partilha regular de informação legislativa e de orientações da DGS e do Governo, no processo de identificação dos estabelecimentos destinados a filhos de profissionais de primeira linha, na adoção de medidas concretas de prevenção, na canalização e partilha de equipamento de proteção individual e na sensibilização dos profissionais e dos dirigentes para os procedimentos a adotar em cada momento e em cada situação. Ao longo deste período pandémico, a União tem mantido também uma ligação muito estreita e de base diária com os vários atores sociais do território, designadamente com o Centro Distrital da Segurança Social, com as estruturas distritais da União das Misericórdias, da União das Mutualidades e da CONFECOOP, com a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, com o Centro de Comando Distrital da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, com a Administração Regional de Saúde do Alentejo e com a Arquidiocese de Évora, contribuindo, deste modo, para a concertação entre todas estas forças vivas nos processos preventivo e reativo.

2 - Encaramos com naturalidade e serenidade o período de desconfinamento gradual que agora se vai iniciar, sabendo, à partida, que é inevitável termos de aprender a viver com a Covid-19 e que isso implicará, forçosamente, por parte de todas as instituições, dos seus dirigentes, trabalhadores, voluntários, utentes e visitantes um esforço muito sério na adoção e no reforço de medidas de segurança efetivas. Preocupa-nos particularmente que não tenha, até ao momento, sido apresentado pelo Governo qualquer plano de desconfinamento para os Centros de Dia. Importa ter presente que no Alentejo mais de 80% dos utentes que frequentam esta resposta social vivem sozinhos e muitos deles não têm retaguarda familiar nem redes de vizinhança, sendo os trabalhadores das instituições os únicos rostos que veem ao longo de todo o dia. Começam, por isso, a registar-se alguns casos de depressão e de ansiedade bem como a ocorrência de alguns incidentes nos domicílios que nos preocupam. Seria por isso, a nosso ver, fundamental dar a estas pessoas uma luz ao fundo do túnel.

Abílio Cunha
(FAPPC)

1 - Presumo que ninguém estaria preparado para enfrentar e se adaptar tão rapidamente a este cenário atípico. E que se mantém até aos dias de hoje... E também as associadas da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral não foram exceção e todas elas, de forma pronta e com muito pragmatismo, tiveram necessidade de se (re)estruturar e de reinventar os seus serviços para continuarem a prestar o apoio aos seus clientes e utentes. Na maior parte dos serviços prestados foi possível concretizar o apoio, constante, à distância. Mas no que concerne às residências e ao apoio domiciliário, serviços que requerem a continuidade presencial dos apoios prestados, foi necessário recorrer a outras soluções, para os apetrechar de meios e recursos que garantissem a proteção dos clientes, utentes e das equipas. E se as associadas da FAPPC corresponderam, o mesmo já não se poderá dizer em relação à articulação com as entidades locais e nacionais. Tenho que salientar que as orientações dos organismos competentes pela respetiva "emissão" nem sempre se adequaram às dificuldades e às realidades sentidas. A FAPPC desde logo procurou prestar todas as informações e apoio às suas associadas, partilhando muita informação com (e entre!) associadas e, pelo Barómetro Covid-19 (paralisia cerebral) estamos a auscultar o ponto de situação das pessoas com paralisia cerebral.

2 – Olho o futuro próximo com profunda preocupação relativamente ao plano de desconfinamento anunciado pelo governo, nomeadamente a abertura dos equipamentos sociais na área da Deficiência no dia 18 de maio. Há muitas dúvidas que nos assolam e muitas questões que ainda não vimos respondidas. Solicitamos, por tal, até antes de 18 de maio sermos ouvidos sobre a abertura dos equipamentos sociais. Sendo muitos os serviços prestados pelas associadas da FAPPC, nada foi dito quanto à forma como estes serviços irão abrir. E, lamentavelmente, até à data não fomos auscultados sobre estas matérias. Todos estes serviços, nunca poderão (ou deverão) abrir a 100%, mas sim de forma faseada. E, para que isso aconteça, é fundamental que as IPSS sejam consideradas prioritárias nas medidas a adotar pelas entidades oficiais. Que a estas respostas sejam consideradas e garantidas as medidas indispensáveis aos apoios e recursos tais como, entre outras, o apoio à aquisição de equipamento de proteção individual para profissionais e clientes/utentes, garantir que todos os profissionais destes equipamentos e clientes/utentes são submetidos ao teste de despistagem da Covid-19, além de que se deveria apostar na formação específica dos trabalhadores quanto a esta realidade. Agora, depois do desabafo, a homenagem a todas as IPSS, em especial às associadas da FAPPC. Só posso relevar, de forma genérica, o empenho, a dedicação e o inquestionável profissionalismo no desempenho da sua/nossa missão.

Rui Reis
(UDIPSS Guarda)

1 - Fazendo um retrato aos últimos dois meses, podemos dizer que as IPSS do distrito da Guarda souberam de forma gradual adaptar-se para satisfazer as necessidades dos seus utentes e, ao mesmo tempo, verem cumpridas as orientações que a DGS emanava regularmente. Foi uma aprendizagem que exigiu de todos um compromisso generalizado e atento, com o confinamento motivado pela pandemia. Algumas instituições tiveram de tomar decisões de extrema importância na defesa das regras de saúde pública, promovendo o encerramento das visitas nas ERPI e o encerramento das creches, infantários, CATL e outras respostas.

O nosso Sector Social Solidário no distrito viu-se a braços com esta crise, de forma completamente desarticulada com os outros setores da sociedade civil, sem poder contar com o apoio das entidades ligadas à tutela, nem de um trabalho de base e de parceria com os vários municípios e outras entidades. O trabalho em parceria não existiu e algum foi realizado de forma desordenada e desarticulado com os vários atores sociais. Acentuámos esta tónica ao longo dos últimos dois meses em que as instituições tiveram de resolver elas próprias os seus problemas, tomar as medidas para proteger os seus utentes e colaboradores, gastar aquilo que não tinham, sem que houvesse uma estreita colaboração e interajuda com as demais entidades distritais. Ressalva-se no inexistente trabalho de parceria, o contributo de alguns municípios na testagem de colaboradores dos lares afetados pela Covid-19 e a forte ajuda de grupos que se organizaram na sociedade. Um apontamento de extrema importância e que nos enche a todos de orgulho foi a entrega inexcedível, o forte empenho e dedicação de todos os colaboradores das instituições.

2 - A visão que temos para a fase de desconfinamento preocupa os dirigentes das instituições, pois tem de ser feita uma adaptação e avaliação gradual de medidas, na incerteza se o caminho que trilhamos é o mais correto e adequado. As adaptações que tem de ser realizadas nas creches, nas ERPI e noutras respostas vão exigir muito de cada IPSS, num cenário em que se aumentam exponencialmente as despesas com a implementação de normas e uso de EPI de forma obrigatória nos próximos tempos de pandemia. Não podemos descurar os lares de apoio da área da Deficiência, LIJ e centros de acolhimento de crianças, os dois últimos com graves problemas motivados pelos parcos recursos materiais, educativos e de recursos humanos no apoio à atividade escolar pelo encerramento das escolas. Todos sabemos que não vamos ficar bem e que esta crise vai trazer um novo paradigma no apoio social às populações. Assim o Estado seja empenhado e contribua para nos ajudar a transformar a vida de uma sociedade injusta e também ela carregada de incertezas.

Helena Albuquerque
(Humanitas)

1 - A Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental agrega mais de 30 IPSS que apoiam pessoas com deficiência mental com uma grande abrangência de fases etárias: desde os mais pequeninos na Intervenção Precoce e nas Creches até aos Lares Residenciais que apoiam, na sua maioria, pessoas com deficiência mental em idade avançada. Como tal, a vivência desta crise pelas nossas associadas tem contemplado múltiplos aspetos consoante a valência a que nos estamos a referir. Talvez gostasse de salientar o que se tem passado nos Lares Residenciais para pessoas com deficiência, onde a dedicação, o empenho e a coragem dos colaboradores têm constituído um fator comum e tranversal em todas as nossas Associadas. Têm-se vivido momentos únicos de amor por todos partilhado cujas recordações ficarão na memória de cada um de nós e na história de cada IPSS. Apesar dos cuidados que todas as nossas associadas tiveram relativamente aos perigos de contágio por Covid-19, em grande parte delas foram sinalizados casos positivos, mas que foram desde logo tratados adequadamente não existindo nenhum historial de disseminação em nenhuma das nossas instituições.

2 - Quanto ao futuro próximo, este é visto com uma perspetiva otimista neste sector, pois, mais do que há dois meses, estamos neste momento preparados para encarar uma segunda vaga e talvez uma terceira... quem sabe? Nesta preparação continuamos a contar com a tutela para certos aspetos mais práticos e de índole mais financeira (como, por exemplo, o elevado custo das medidas de desinfeção e de proteção de contágio não pode ser arcado pelas IPSS) e com outros financiamentos privados e públicos que nos permitam colmatar algumas falhas que detetámos na comunicação à distância com as famílias (por exemplo, é urgente a instalação de internet e a aquisição de alguns meios informáticos mesmo em famílias mais carenciadas). Por outro lado, vemos a decisão de abrir a 18 de maio com muito desagrado e desconforto. Nunca pensámos que o Governo tomasse uma posição destas relativamente a uma área que é altamente vulnerável, não apenas porque muitos destes jovens têm uma grande vulnerabilidade a nível de saúde, como pelo contágio, porque é uma população que não consegue entender as medidas de isolamento e distanciamento social. Mesmo 1 de junho seria cedo. Grande parte dos colaboradores dos CAO estão a dar apoio nos lares, pelo que não temos as condições mínimas para abrir os centros de atividades. Isto demonstra um desconhecimento completo do terreno e do que se está a passar nas instituições associadas à deficiência.

Joaquim Guarda
(UDIPSS Leiria)

1 – Neste final de abril, a UDIPSS Leiria faz uma análise tranquila e positiva do que tem acontecido nas IPSS do distrito, pois as situações mais angustiantes em relação à Covid-19 estão neste momento controladas. Numa análise mais longe dos casos de Covid-19, mas mais próxima de quem não baixou os braços e continuou a trabalhar, as angústias e os medos levaram a uma pressão e a um desgaste emocional capaz de deitar abaixo qualquer profissional, como os podemos ajudar? Os Municípios e a Proteção Civil têm sido um apoio incansável e fundamental para a proteção e segurança dos utentes e profissionais, mas também muitos privados têm colaborado. Obrigado! Precisamos de continuar assim, mas também precisamos de começar a voltar à normalidade e isso significa a reabertura de outras respostas socais. Poderá ser cedo, mas temos um caminho a percorrer e as nossas instituições vão continuar a precisar de apoios e, acima de tudo, vão precisar de sustentabilidade, de medidas preventivas para os profissionais, de EPI... Mas mais importante do que iremos precisar (porque para estarmos em serviço temos que estar em segurança e com as devidas medidas de contingência), é saber como e a quem todos os custos acrescidos de trabalho suplementar, de equipamentos, de trabalho especializado serão imputados.

2 - Perspetivar o futuro numa altura desta não é possível, desenhar cenários é difícil, definir medidas é incerteza, mas uma coisa é certa: as nossas IPSS vão precisar de apoios e alguns deles mediante a antecipação de apoios devidos à data de hoje. Isto é o que sabemos para hoje, mas a incerteza do dia de amanhã pode-nos obrigar a refletir sobre os pressupostos que hoje indicamos. Uma incerteza temos é que aquilo que estamos a receber de apoios hoje é insuficiente para aquilo que temos que fazer amanhã.

Carlos César
(UDIPSS Lisboa)

1 - Em apenas sete semanas, desde que a OMS decretou pandemia, que a preparação de equipas e de meios nas respostas sociais tem sido um desafio permanente, superado pela maior parte das instituições do distrito de Lisboa. Muito tem sido noticiado pela situação tão extrema das ERPI e que nos lembra do que temos reclamado ao longo das últimas duas décadas, a começar pelo desligamento dos sucessivos Governos que não remuneram adequadamente estas respostas sociais e que não levam em linha de conta das necessidades de cuidados de saúde para esta população. Também em Lisboa observámos várias situações de infeção dos colaboradores e dos utentes, que obrigaram a acionar planos de contingência urgentes. Por outro lado, os dirigentes sentiram um enorme impacto nos rendimentos das suas instituições e consequentemente no delicado equilíbrio da sustentabilidade. Não se deve esquecer que o encerramento das respostas de infância, sem a adequada definição superior do que deveria ser alterado na comparticipação familiar, promoveu litígios e quebras de receita que deveriam ter sido evitados.

2 - Os tempos que se avizinham vão trazer-nos outras preocupações e necessidades de ajuste no modus operandi de cada resposta social. Se por um lado é com enorme satisfação que iremos preparar o regresso dos nossos utentes, comos as crianças ou dos deficientes, surgem preocupações de vários níveis, que podemos agrupar em dois grupos. Um em medidas de combate à epidemia e outro em medidas de combate à crise económica.

Assim, teremos de assegurar que nos nossos estabelecimentos não vão contribuir para o alastrar da pandemia. É crucial o desenvolvimento de manuais de atuação, bem como o acompanhamento célere de qualquer dúvida ou dificuldade por parte dos cuidadores. Por outro lado, as famílias dos utentes, que farão parte da população que voltará à sua atividade diária, estarão em situação de contágio iminente, tornando real o risco de transmissão societária da doença que entrará nas nossas portas. Outro aspeto muito preocupante é a crise económica que já estamos a sentir na população que apoiamos, já bem evidente nos pedidos de apoio às mensalidades ou nos pedidos de apoio alimentar. De uma forma geral, as IPSS do distrito têm sentido apoio por parte das autarquias e este reconhecimento deverá ser feito pelo Sector Social. Mesmo sabendo que o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas irá, nos próximos meses, duplicar o apoio no fornecimento de alimentos e acompanhamento às famílias, será importante definir outros programas que amenizem as preocupações das famílias. Por último, é essencial que a CNIS e as Uniões Distritais continuem a responder de pronto às solicitações e pedidos de esclarecimento das suas associadas, mas também que façam chegar aos dirigentes políticos as necessidades de medidas de combate ao contágio e à crise económica.

Maria do Céu Carreira
(UIPSS Madeira)

1 - De um tempo inicial de dúvidas, perplexidades e medos, face a soluções que urgia encontrar por forma a dar resposta aos desafios, as IPSS partiram para as ações que em cada dia do novo quotidiano tinham de ser concretizadas. Ninguém desistiu, apesar da falta de EPI e da dificuldade em adquiri-los, mesmo tendo que readaptar espaços, alterar procedimentos, implementar novos modos de trabalho, reinventar rotinas e horários e ainda encontrar alternativas à escassez de produtos para desinfetar espaços. Os planos de contingência foram elaborados, as informações e normativos legais passaram a fazer parte do quotidiano, em esforço acrescido de acelerada capacitação. As IPSS fizeram caminho, caminhando, sem baixar os braços, integrando as melhores práticas em resposta a desafios inesperados e perturbadores. Todo o caminho feito só foi possível com todos os trabalhadores, utentes, famílias e voluntários, cientes de que os melhores itinerários são os que resultam do envolvimento de todos. As ERPI, casas de acolhimento de crianças e jovens, serviços de apoio domiciliário – ora alargados por força do encerramento dos centros de convívio, centros de dia, creches e jardins de infância –, por exemplo, mereceram atenção redobrada e preocupação acrescida. Felizmente, até ao final de abril, nenhum caso da Covid-19 foi detetado. As IPSS continuam a agir respeitando recomendações, gerindo com adequação recursos humanos e materiais.

2 - O futuro próximo obriga as instituições a viverem um presente à altura das realidades e das incertezas que os tempos comportam. Importa agir, desconfinando com parcimónia e sentido coletivo do dever. As IPSS enfrentam mais um tempo de preparação intensiva, mas necessária. Apesar do percurso de aprendizagem já feito, as IPSS esperam das entidades competentes informações precisas – assentes em pareceres de especialistas, nomeadamente da área da saúde – que viabilizem os caminhos que, em segurança, terão de ser percorridos. Aguardam também, com natural expetativa a generalização dos testes nas ERPI, bem como medidas, em parceria com as entidades da saúde, no âmbito da assistência médica. Importa que as IPSS vejam reforçadas as comparticipações financeiras por parte das entidades públicas, em sede de Cooperação, a fim de fazerem face a despesas com materiais de proteção e desinfeção, pessoal especializado, formação e as relativas às respostas no domicílio, que o encerramento de algumas respostas potenciaram, bem como, de necessidades resultantes do impacto da pandemia, ao nível do emprego e dos rendimentos das famílias. O futuro que desejamos acontecerá se o presente for feito de e com artífices, construtores sem tréguas, do bem comum. O futuro que queremos só é possível se a atenção a cada um e a todos for feita da solidariedade devida a cada pessoa e a todas as pessoas.

Rui Leite de Castro
(UDIPSS Porto)

1 - Desde o início desta pandemia e assim que se começaram a detetar os primeiros casos de pessoas infetadas, a União desenvolveu esforços no sentido de avaliar a situação, os problemas e as necessidades sentidos pelas nossas associadas. A falta de EPI no mercado, associada à diminuição verificada do pessoal que presta serviço nas respostas sociais mais suscetíveis ao ataque desse vírus, foram os principais fatores sentidos e que condicionaram o trabalho desenvolvido nessas instituições. Após o levantamento feito, a União encomendou 30.000 máscaras. Paralelamente, a União lançou uma campanha de angariação de fundos, «Proteger as IPSS», que obteve rapidamente bons resultados e financiou integralmente essa compra. A campanha mantém-se a decorrer com o objetivo de financiar a aquisição de um novo lote de máscaras. Da informação que pudemos recolher junto das associadas, verificou-se que oito delas, num universo de 177, tinham utentes infetados, o que equivale a cerca de 4,5%. Felizmente, um grau menor do que aquele que se estimava. As questões laborais, principalmente a possibilidade de lay-off de funcionários nas instituições, também foi uma preocupação sentida pelas nossas associadas, à qual a União respondeu através da disseminação de informação importante sobre o assunto na sua newsletter, bem como à realização de consultas através de vídeo conferências com o nosso assessor jurídico.

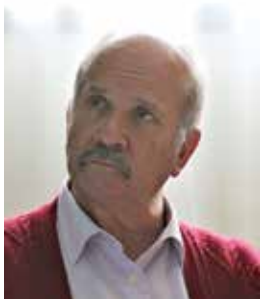
2 - A pandemia ainda vais estar connosco por muitos meses com toda a carga de problemas e ansiedade que essa questão acarreta, e mais ainda agora que se perspetiva o afrouxar das regras de confinamento. Vários problemas e questões se irão colocar a todas as IPSS. Como evoluir na gestão e nos processos de contenção da infeção e, ao mesmo tempo, conseguir ir normalizando a vida das suas instituições? Como conseguir implementar as regras aconselhadas pelas autoridades de Saúde, autarquias e governo, de forma a evitar novas contaminações? Como proceder na gestão das visitas de familiares aos utentes em instituições? Como desenvolver a assistência correta e sem perigos para os utentes que são assistidos nas suas residências? Será necessário ir adaptando as soluções possíveis à realidade, à falta de EPI e a diretivas às vezes contraditórias. Será um processo difícil e trabalhoso, mas necessário se queremos ter êxito nesta batalha que temos que travar.

Há que desenvolver estratégias desenhadas e conciliadas com o bom senso e a realidade de cada instituição, tendo em conta todas as diretivas das autoridades de saúde e governamentais. Não vai ser fácil em muitas áreas consegui-lo, mas confiamos que, com o empenho e o profissionalismo já demonstrado pelas IPSS, esse objetivo será conseguido.

Eduardo Mourinha
(UDIPSS Santarém)

1 – Do conhecimento e acompanhamento que os serviços da União tem estado a fazer junto das associadas, e em contacto permanente com a Segurança Social, no distrito de Santarém tem-se verificado uma certa acalmia nas instituições, apesar de, ali e além, ter havido poucos casos positivos. Comparativamente a alguns distritos, a situação tem sido, até ao final de abril, relativamente calma, felizmente. Nesta altura, nas ERPI do distrito estão a ser feitos testes aos trabalhadores das instituições. Se há algum caso positivo, então, serão feitos testes aos utentes. Preocupa-nos que os trabalhadores das IPSS da área da Deficiência, e as que têm apenas SAD e Serviço de Apoio Domiciliário, não estão a ter o mesmo tratamento que a resposta de ERPI e, entretanto, tive conhecimento que esses trabalhadores ficaram para uma segunda fase, que não se sabe quando começará, sabendo que o número desses trabalhadores é muito significativo. Pelos números fornecidos pela

2 - Temos vindo a aperceber-nos que há algumas preocupações por parte dos pais no que diz respeito às condições de funcionamento das respostas sociais da área da infância. Alguns afirmam que não vão enviar os seus filhos até ao fim de setembro, remetendo para a Segurança Social comunicações sobre esta preocupação. Prevê-se que os Lares ainda levem algum tempo abrir as suas portas aos familiares dos utentes, estando alguns dos idosos, pelo menos aqueles que estavam habituados a visitas com periocidades curtas, a sentirem essa falta e a entrarem em situações de angústia. No que diz respeito às reaberturas dos centros de dia, CAO, CATL e outras respostas sociais, espera-se, com alguma expetativa, o evoluir dessas situações, pelo que devem acontecer paulatinamente e com muito bom senso.



Fernando Sousa
(UDIPSS Setúbal)

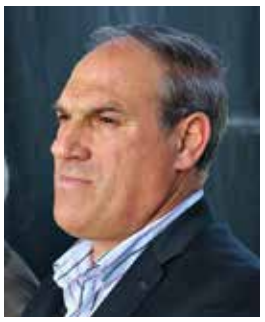
1 – A pandemia da Covid-19 trouxe ao distrito de Setúbal o medo e a incerteza de uma forma generalizada e às IPSS uma dificuldade acrescida à já sua débil sustentabilidade. Com o encerramento de algumas respostas sociais, as famílias deixaram de contribuir com a comparticipação familiar, como está regulamentado, passando em muitos casos a não contribuir. No entanto, as IPSS, como instituições de solidariedade que são, não deixaram de prestar apoio aos mais necessitados e carenciados, encontrando elas próprias outras formas de apoio. Aqui, os dirigentes e colaboradores arregaçaram as mangas e foram à luta, sendo que em muitas situações sentiram que estavam sozinhos. O apoio do Estado tem pecado por tardio e insuficiente, pese embora tenha continuado a fazer chegar o valor da cooperação. No entanto, os custos de operacionalização das IPSS foram acrescidos por todas as necessidades de despiste e proteção de utentes e colaboradores e de muitas práticas que diariamente tem lugar na vida institucional, nomeadamente a distribuição alimentar que passou a ser fornecida em recipientes descartáveis. Não fora as Autarquias, empresas e cidadãos anónimos, que nos fizeram chegar vários apoios, tudo teria sido bem pior. Os números oficiais do efeito da pandemia no distrito são preocupantes, mas não alarmantes, pensando que, com os cuidados que fomos tendo, o resultado está aí. O distrito de Setúbal tem uma caraterística muito especial, pois está repartido em duas regiões, a Península de Setúbal e o Alentejo Litoral, onde de facto a infeção tem números bem diferentes.

2 - Com o levantar do confinamento que se prevê e com a retoma da economia, que a nosso ver não vai voltar em crescimento como se estava a verificar, vai ser difícil para as famílias. Acreditamos que vai voltar a agravar-se a capacidade financeiras dos agregados familiares e as dificuldades que daí advêm. Temos a certeza que iremos voltar aos anos de crise e que teremos de nos preparar para voltar a dar resposta a quem nos procurar. Esperamos que, mais uma vez, não fiquemos sós, esperando que quem tem obrigação esteja também preocupado e disponível para podermos apoiar quem precisa. No entanto, nada ou quase nada vai ser igual e todos temos de ter procedimentos de cautela e proteção, por não sabermos até quando temos de conviver com este inimigo invisível que mata sem dar tréguas. Finalmente, e aproveitando a ocasião, quero deixar o agradecimento e reconhecimento ao espírito de missão que, diariamente, todos os que fazem parte da grande família que são as IPSS no nosso distrito, pois têm sabido pô-lo à frente dos seus receios e incertezas, levando o apoio a quem necessita e está à nossa responsabilidade. Continuamos a contar com todos, porque todos vamos continuar a ser necessários para este combate, que ainda está longe de terminar.

Filomena Araújo
(UDIPSS Viana do Castelo)

1 - O distrito de Viana do Castelo, estando no norte do país, tem resistido a esta pandemia. Ao longo do mês e meio de confinamento, assistimos a comportamentos e atitudes por parte de instituições, serviços e população, que muito orgulham as gentes de Viana. As dificuldades foram e são muitas, desde a falta de EPI até aos testes de rastreio. Vimos a comunidade empenhada em apoiar as nossas IPSS com gestos como o fabrico de viseiras, doação de alimentos ou mensagens de esperança. Sendo o distrito um dos mais envelhecidos do país (quinto nas áreas rurais e oitavo nas áreas urbanas), seria de esperar que fosse um dos mais afetados pela pandemia. Apesar de ainda não vermos o fim da mesma, até ao momento podemos dizer que devido ao trabalho conjunto de todas as entidades no terreno, os valores estão abaixo do que se temia e queremos que assim continuem. No fim de abril havia 442 casos confirmados no distrito e casos de contágio em ERPI, todos controlados, mas com mortos a lamentar.

2 – Existem, neste momento, muitas dúvidas sobre a reabertura de algumas respostas sociais. Continua a existir a necessidade de realizar testes a todos os funcionários das IPSS, tanto aos que estão ao trabalho, como aos das respostas que irão abrir. Para a reabertura com segurança, é necessário considerar todo o sector de uma forma global e não isoladamente (as famílias têm crianças em várias idades, mas também idosos ou pessoas com deficiência a frequentarem respostas sociais). As IPSS necessitam de conseguir ter acesso aos EPI necessários, pois não adianta ter no plano de contingência a utilização deste material se ele não existe no mercado ou se os preços são incomportáveis. As IPSS estão habituadas a resistir e, mais uma vez, ficou demonstrado o empenho de todos neste momento, apesar das grandes incertezas em relação aos próximos meses.



Manuel Borges Machado
(UDIPSS Vila Real)

1 - O balanço que poderá ser feito da pandemia no distrito de Vila Real até ao final de abril é, seguramente, muito positivo a nível da resposta dada pelas instituições detentoras de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI). Destaca-se a força de vontade, a dedicação e o sentido de espírito e de bem servir que todos os profissionais das Instituições Particulares de Solidariedade Social tiveram ao longo deste período de constrangimento, no funcionamento diário das várias respostas sociais. No distrito, as IPSS são detentoras de mais de 80 ERPI, com um total de 2.964 utentes, a que acrescem os Lares Residenciais, uma resposta social que por si obriga a um esforço e empenhamento acrescido, dadas as características dos seus utentes portadores de deficiência. Como é do conhecimento geral, o caso de alguns lares a nível nacional, e designadamente em Vila Real, o Lar Nossa Senhora das Dores, foram seguramente situações que vieram trazer à luz do dia algumas lacunas no que respeita ao acompanhamento às ERPI pelo Sistema Nacional de Saúde. A UDIPSS Vila Real tem procurado, desde o início desta pandemia, estar sempre no acompanhamento às instituições, tendo mesmo disponibilizado uma enfermeira em regime de voluntariado. A UDIPSS de Vila Real, até à presente data, apenas tem conhecimento duas ERPI com utentes e colaboradores com Covid-19 positivo, o que em nosso entender demonstra o empenhamento das instituições no cumprimento das medidas de confinamento e autoproteção, quer dos colaboradores quer dos seus utentes. É de realçar o empenhamento de alguns Municípios, nomeadamente dos seus presidentes de Câmara, que desde o primeiro momento disponibilizaram o fornecimento de equipamentos de proteção individual e custearam os testes à Covid-19, quer aos utentes quer aos colaboradores das IPSS. Atendendo ao atual contexto do estado de calamidade, é urgente realizar testes a todos os colaboradores e utentes das IPSS. Não podemos esquecer que a resposta social Serviço Apoio Domiciliário (SAD) é aquela que vai ao encontro das necessidades de grande parte da população idosa, isolada e sem qualquer retaguarda familiar, prestando todo o apoio de modo a que estas pessoas possam fazer o devido confinamento, exigido pela pandemia.

2 - Prevendo-se a abertura de algumas respostas sociais, designadamente as da área da infância, as IPSS, mais uma vez, e com a «prata da casa» estão a preparar-se para receber as crianças com a devida segurança, reforçando as medidas de proteção. O desfasamento de horários de refeições, a limpeza sistemática dos objetos e mobiliário, o não cruzamento nos percursos de entrada e saída e a não partilha de colaboradores por diferentes respostas sociais será uma estratégia ousada e crítica que vai obrigar a múltiplos esforços dos colaboradores. A colaboração dos utentes e seus familiares e, sobretudo, o empenho e abnegação das Direções das instituições é fundamental para combater a pandemia da Covid-19.

José Costa
(UDIPSS Viseu)

1 - A UDIPSS Viseu é constituída por 150 associadas que cobrem os 24 concelhos do distrito de Viseu. Pela formação que tem sido dada a dirigentes, diretoras técnicas e cuidadoras, estas instituições têm recursos humanos qualificados e determinados. As nossas instituições souberam lidar com os problemas que a pandemia trouxe, mesmo as três onde o novo coronavírus entrou, pese o facto da dificuldade na aquisição de material de proteção e de contratação de recursos humanos. Houve dois fatores que levaram a que o vírus não se espalhasse rapidamente pelas nossas instituições: um foi o facto de fecharem ao exterior as instituições ainda antes da determinação nacional; o outro foi a criação de dois grupos de trabalho que se alternavam, diminuindo os fatores de risco a metade. De salientar o enorme risco de vida das cuidadoras e dos seus familiares que, diariamente, trataram com o mesmo carinho e competência os seus utentes.

2 - O próximo futuro das IPSS apresenta-se muito difícil. Por um lado, a sustentabilidade financeira está em risco com o aumento da despesa a que estão obrigadas para adaptar os seus espaços físicos à nova realidade, a aquisição dos produtos de proteção para os seus utentes e trabalhadores. Por outro lado, as comparticipações da Segurança Social, nas diversas respostas sociais, têm de ter em consideração estas novas realidades, pois de outra forma haverá muitas instituições que terão de encerrar as suas portas. Depois, o desconfinamento vai trazer responsabilidade acrescida aos dirigentes, aos diretores técnicos e aos trabalhadores, os quais têm sido uns heróis nesta pandemia desconhecida. E também vai obrigar a procederem a adaptação dos seus Planos de Contingência. As IPSS sempre souberam responder aos desafios que ao longo dos tempos têm surgido e continuarão a lutar pelo bem-estar dos seus utentes, hoje e sempre.

NÚMEROS DA COVID-19 EM TODO O MUNDO ATÉ MAIO

230 mil mortos e mais de 3,2 milhões de infetados

A pandemia do novo coronavírus causou pelo menos 233.176 mortos no mundo desde o seu aparecimento na China até ao último dia do mês de abril, segundo um balanço, elaborado pela agência France-Presse a partir de fontes oficiais.

Mais de 3.264.200 casos de infeção foram registados oficialmente em 195 países e territórios desde o início da epidemia. Este número de casos diagnosticados reflete apenas uma fração do número real de infeções, considerando que um grande número de países testa apenas os casos que requerem tratamento hospitalar. Entre estes casos, pelo menos 987.400 foram considerados curados.

Os Estados Unidos, que registaram a sua primeira morte ligada ao coronavírus no início de fevereiro, são o país mais atingido quer em número de mortos, quer de casos, com 63.019 mortos em 1.070.032. Pelo menos 153.947 pessoas foram declaradas curadas.

Após os Estados Unidos, os países mais afetados são a Itália com 27.967 mortos em 205.462 casos, o Reino Unido com 26.711 mortos (171.253 casos), a Espanha com 24.824 mortos (215.216

casos) e a França com 24.376 mortos (167.178 casos).

A China (sem os territórios de Hong Kong e Macau), onde a epidemia se iniciou no final de dezembro, conta oficialmente com 82.874 casos (12 novos nas últimas 24 horas), incluindo 4.633 mortos (0 novas) e 77.642 curados.

A Europa totalizava, no dia 01 de Maio, 138.457 mortos em 1.481.706 casos, os Estados Unidos e o Canadá 66.262 mortos (1.123.047), a América Latina e as Caraíbas 11.350 mortos (215.882 casos), a Ásia 8.596 mortos (223.393 casos), o Médio Oriente 6.768 mortos (173.300 casos), a África 1.625 mortos (38.790 casos) e a Oceânia 118 mortos (8.085 casos).

Este balanço foi realizado a partir de dados recolhidos pelas delegações da AFP junto das autoridades nacionais competentes e de informações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em Portugal, registaram-se, nesse mesmo período, 1.007 mortos associados à covid-19 e 25.351 infetados indica o boletim epidemiológico divulgado pela Direção Geral da Saúde.

A região Norte é a que regista o maior número de mortos (578), seguida da região de Lisboa e Vale do Tejo (202), do Centro (201) Algarve (13), dos Açores (12) e do Alentejo que registava um caso.

Segundo os dados da Direção-Geral da Saúde, 514 vítimas mortais são mulheres e 493 são homens. Das mortes registadas, 681 tinham mais de 80 anos, 197 tinham entre os 70 e os 79 anos, 88 entre os 60 e 69 anos, 31 entre 50 e 59, e 10 entre os 40 e os 49.

LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS, FALA DA COOPERAÇÃO COM O ESTADO

3,5% de atualização podem ser reforço para a crise mas não podem ser o valor da atualização anual

O presidente da CNIS em Grande Entrevista ao Solidariedade faz um primeiro balanço do Sector Social Solidário no combate à crise COVID-19. Lino Maia assegura que nas IPSS a situação nunca esteve incontrolável, embora admita que o governo demorou a acertar o passo com o sector social, sobretudo na questão dos lares de idosos.

SOLIDARIEDADE - Com o fim do Estado de Emergência vamos assistir a uma retoma de atividade. Como perspetiva o regresso à normalidade no sector social e nas associadas da CNIS em particular?

Lino Maia - Parece claro que enquanto não for encontrada uma vacina que afaste de nós este maldito vírus não há regresso à normalidade. Melhor, a normalidade dos tempos próximos será a turbulência. Neste mês e meio de Estado de Emergência em que, teoricamente, encerraram as valências com respostas para a infância, juventude e atividades ocupacionais, as instituições não ficaram inativas. E as valências com respostas para os mais velhos e pessoas com deficiência tiveram uma atividade acrescida, dificultada, mas fundamental. Não fossem os dirigentes tão presentes e os trabalhadores tão dedicados a fazerem dos idosos e das pessoas com deficiência a sua família e estaríamos todos a chorar consequências bem mais gravosas nesta pandemia.

Agora, neste tempo de Estado de Calamidade, nas valências com respostas para a infância, juventude e atividades ocupacionais, é o tempo de um certo restabelecimento reequacionado de atividade. Começa este período com a necessária formação dos trabalhadores e dirigentes, com medidas de prevenção e rastreio, e com a preparação dos espaços, nomeadamente com desinfeções, para assegurar segurança e confiança. E "a normalidade" neste tempo de anormalidade está a ser operacionalizada. Com determinação e responsabilidade. E confiança: a título de exemplo, recordo que no penúltimo dia do Estado de Emergência, a CNIS fez uma sondagem junto das 1.059 instituições associadas que têm a resposta de Creche: dos 85,9% que considera que haverá adesão dos pais/responsáveis, metade destes considera que essa adesão corresponderá a 50% dos pais; apenas 6,1% refere que essa adesão não será superior a 24%.

Pode dizer-se que o pior já passou nos efeitos da pandemia nas IPSS e, especificamente, nos lares de idosos?

Certamente. Está reinstalada uma certa serenidade e confiança. Durante algum tempo parece que alguém desejava que algo semelhante a outros países acontecesse entre nós. Mas devo referir que a realidade portuguesa é muito diferente: estas instituições, que brotam das comunidades, têm muita qualidade, têm dirigentes voluntários muito diligentes e têm trabalhadores muito dedicados. Se compararmos os números (mas cuidado que as pessoas não são números) vemos que, nos Lares de Idosos e Lares Residenciais, as pessoas têm um acompanhamento que não teriam se estivessem emparedadas na sua solidão de abandono. E, por isso, nunca resvalámos para uma situação incontrolável. Houve problemas e continuará a haver problemas. Mas houve controlo para conter a sua dimensão. E há muita arte e muita dedicação, muito coração e muito engenho para minorar e vencer as dificuldades.

Subsistem alguns reparos à coordenação do governo em relação aos lares no combate à COVID-19?

Esta pandemia veio relembrar que nos nossos Lares está a população mais frágil, com um histórico de saúde muitas vezes problemático e com dependências muitas vezes graves. Já se sabia, mas parece que se queria ignorar. E, no princípio da crise, a Saúde ignorou-o mesmo e parece ter contribuído para uma certa estigmatização. Tanto os

de idosos como os residenciais, os Lares têm a proteção que as instituições e a Segurança Social asseguram, porém, carecem também de cuidados de saúde que a Saúde parecia ignorar. Creio bem que agora estamos em condições de caminhar num rumo mais acertado. E para ser justo, devo sublinhar o magistério do Presidente da República, a mestria do Primeiro Ministro, a determinação da Ministra do Trabalho Solidariedade e Segurança Social e a compreensão da Ministra da Saúde. Importante, também e muito, foi a decisão do Governo de destacar cinco Secretários de Estado, um por cada região, para a coordenação de respostas de Saúde, Segurança Social, Autárquicas e Solidárias.

Defende que é preciso começar a pensar em criar condições para voltar a permitir visitas aos idosos em lar. Para quando e como?

As visitas nos Lares foram proibidas há dois meses - no dia 6 de Março. Foi a primeira medida. As instituições acataram-na imediatamente...

Nos seus Lares, os idosos e as pessoas com deficiência apoiaram a abertura das portas das prisões e exultam com a anunciada reabertura de Creches e de outras atividades. Contaram números que iam engrossando. Veem o tratamento que alguma comunicação social vem fazendo sobre Lares. Alguns foram ali abandonados, é certo; mas agora todos estão saudosos. Muito saudosos. Sentem o carinho e a dedicação dos trabalhadores nos seus Lares mas falta-lhes algo para continuarem a sonhar. São idosos mas sonham. Vão chegando algumas notícias dos seus familiares, mas precisam de um olhar, de um sorriso e de partilhar uma lágrima familiar que tarda...

Com testes feitos e desinfeções operadas, com os doentes Covid a serem tratados onde o devem ser (e não é nos respetivos Lares, que são residências coletivas) e a distribuição de equipamentos de proteção individual, com espaços destacados que garantam distanciamento e a programação que assegure controle e agendamento de cada entrada, penso que se deve falar de visitas. Os idosos e as pessoas com deficiência merecem-nos gratidão e respeito...

Como avalia a resposta do sector social solidário a esta crise?

Nos "tempos de prosperidade", silencioso mas operativo, este sector diligencia para que ninguém fique para trás e todos possam construir um devir com uma esperança mais ativa. Nos "tempos de crise", visível e agilmente este sector trata as feridas, endireita veredas e é a "estalagem" de recuperação da esperança...

Quando a "ordem" é a de "ficar em casa", este sector social solidário "transpõe" portas. E, não é proselitista a afirmação: reinstala a serenidade e a confiança.

Disse no início de abril que as IPSS estão disponíveis para abrir Creches e Infantários em agosto, tempo de férias. Vai ser necessário?

Certamente que será necessário e não haverá problemas. As instituições são solução. Também vou dizendo que neste ano só temos uma estação, que é a da pandemia, e que obriga a ajustar desfasamento de horários, programação de férias e conciliação entre vida familiar e vida laboral. Com a reabertura das Creches e dos Infantários, os pais podem contar certamente com estes apoios de confiança.

Antes da COVID-19 o sector social estava em situação de pré-ruptura. Houve uma atualização de 3,5% na comparticipação da cooperação. O que a CNIS solicitava é que a atualização fosse de 5,5% a 6%. Conta que este ano possa haver essa recuperação?

A atualização do salário mínimo foi de 5,83% e, em média, os custos do trabalho representam cerca de 70% dos custos das instituições. Segundo o estudo coordenado pelo Prof. Américo Mendes e feito pela Universidade Católica, em 2017 já havia 40% de instituições com resultados negativos e, em média, o Estado comparticipava em 40% dos custos das instituições. A tendência é a do agravamento da situação. Recordo, entretanto, que, aquando da celebração do Pacto de Cooperação para a Solidariedade (Dezembro de 1998), era consensualizado o compromisso de o Estado assumir 50% dos custos das instituições...

Os 3,5% de atualização nos acordos (os tais "cantados" 59 milhões) podem ser um reforço para esta crise mas não podem ser o valor da atualização anual.

As IPSS foram fundamentais na crise 2010/2014 no apoio aos mais desfavorecidos. Anuncia-se uma crise económica de proporções de difícil previsão em consequência da pandemia. Com o sector tão fragilizado será possível desempenhar a missão que lhe cabe?

Vou dizendo - e é certo - que a sociedade e o Estado podem confiar neste sector. Porém o Estado não pode lavar as mãos como se este sector tudo fizesse e de nada precisasse. Este sector é um instrumento do Estado na proteção social. Para além de ter de apoiar mais este sector para poder cumprir a sua missão, nestas circunstâncias o Estado deve ter um Programa de Emergência que, nomeadamente contemple quatro objetivos:

- Acréscimo de capacidade das Cantinas Sociais;
- Assunção de comparticipações familiares por parte do Estado - com o Lay off e o desemprego, há famílias a querer que seus filhos frequentem ATL, Creches e Infantários e não podem satisfazer as suas comparticipações;
- Aumento de Apoio Domiciliário - há doentes Covid confinados que, com as suas famílias, carecem de apoio nesta conjuntura;
- Reforço de Cabazes Alimentares - porque pobre é também aquele que nem a sua própria refeição pode fazer, seja porque não tem com que a fazer seja porque não o deixam fazer.

A crise pandémica fomentou a coordenação entre representantes do Sector Social Solidário?

São quatro as organizações representativas do Sector: União das Mutualidades, União das Misericórdias, Confecoop e CNIS. Todas importantes e cooperantes, mas pelo seu histórico e pela sua dimensão destacam-se, certamente, a União das Misericórdias e a CNIS, porque há mais Misericórdias do que concelhos (e elas, normalmente, têm um âmbito concelhio) e há mais IPSS que freguesias. Devo destacar a profunda comunhão entre União das Misericórdias e CNIS e exaltar o dinamismo de articulação leal do Dr. Manuel Lemos, presidente da União das Misericórdias.

A COVD-19 deu a conhecer muito mais o sector social. É positiva a imagem que vai ficar?

No princípio desta crise, temi que, aqui ou ali, se pretendesse pôr em causa este sector para exaltar o sector eminentemente privado (que, sem dúvida, é muito importante e deve ser valorizado) ou voltar a defender-se a estatização da solidariedade.

Penso que, com a evolução dos acontecimentos, imperou o bom senso. E, hoje, este sector tem o reconhecimento que merece. Nomeadamente o reconhecimento de todos os partidos que, por sua vez, também merecem o reconhecimento de todos nós. Quando digo de todos os partidos, não ignoro nenhum dos novos partidos, mas tenho muito presentes os partidos que têm feito parte do chamado "arco da governação", como o:

- BE, que, afirmando sempre a importância do Estado, reconhece que o Estado somos todos nós e que, sem todos nós, o Estado não tem futuro,
- CDS, que, desde sempre, tem reconhecido a importância constituinte e preciosa da sociedade e das IPSS e que tem liderado a necessidade do restabelecimento de um Programa de Emergência,
- PCP, que se tem empenhado e tem sabido trazer todos, também Instituições de Solidariedade, para a construção de uma sociedade melhor e de todos,
- PS que suporta o atual Governo e que muito e muito bem tem sabido matizar a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática,
- PSD que, como sempre, pela sua ideologia e pelo seu sentido de responsabilidade, tem sido inultrapassável na construção de um melhor devir coletivo.

V.M.PINTO – TEXTO E FOTOS

O Sector Social Solidário é o conjunto de 5.680 entidades e é representado por quatro organizações: União das Mutualidades, União das Misericórdias, Confecoop e Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

Emprega cerca de 340 mil trabalhadores e apoia cerca de 800 mil utentes (300 mil dos quais são idosos).

Da CNIS, fazem parte 3.025 dessas entidades, nomeadamente, para além de outras: Associações Mutualistas (5) e Humanitárias (2), Cooperativas (39), Fundações (168) e Associações de Solidariedade Social (1921), Casas do Povo (42), Centros Sociais Paroquiais (585), Institutos de Organização Religiosa (185) e Misericórdias (32).

Neste conjunto das associadas da CNIS, pelo menos 900 Instituições têm Lares, com Serviço de Apoio Domiciliário e Centros de Dia e algumas delas também têm Cuidados Continuados.

Só no Continente são 847 Instituições e cerca de 50 nas Regiões Autónomas. Para além desses Lares de Idosos há, também os Lares Residenciais, para pessoas com deficiência.

No conjunto do Sector Social Solidário, considerando também a Confecoop e União das Mutualidades, haverá cerca de 1.500 Lares, com cerca de 80.000 utentes. Para além desses Lares do Sector Social Solidário há, também, Lares do Sector Lucrativo, muitos e muito bons. E os ilegais.

Ensinamentos da Pandemia

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista

Vivemos um tempo único, que toca a todos e em todo o mundo. De repente, mudaram-se hábitos, atitudes, comportamentos e formas de pensar. Instalou-se a incerteza, a angústia, o medo e, para muitos, o pânico.

Agora percebo melhor Santo Agostinho quando disse que se ninguém lhe perguntasse o que era o tempo ele sabia, mas se alguém lhe fizesse a pergunta e ele quisesse explicar, deixava de o saber. Estou como Santo Agostinho. Sinto este tempo, mas não o sei explicar.

Porque dizem que não estávamos preparados e que estamos todos a aprender, este tempo ainda não é o tempo de saber e, muito menos o de explicar. Temos de ter a humildade de não saber entender nem o nosso tempo, nem o tempo do futuro. O tempo para a frente é um enigma, mas para trás pode ser uma lição.

Consciente desta limitação resta a atitude de tentar retirar alguns ensinamentos.

O primeiro tem a ver com a forma como o Estado se relacionou com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). As autoridades oficiais em Portugal vieram impor aos Lares a vigilância e tratamento de doentes com infeção COVID-19, sem definir a cobertura necessária de médicos e enfermeiros e do fornecimento de equipamento de proteção individual, o que levou a situações dramáticas de doentes residentes em Lar. Chama-se a isto *"tirar a água do capote"*.

A orientação das autoridades foi no sentido de fazer regressar aos Lares os infetados e colocar os não infetados noutras instalações, o que é errado. Deveria ser o contrário, fazer regressar ao Lar os não infetados e deslocar os infetados para unidades capacitadas para tratar da sua recuperação.

O setor da saúde, numa fase inicial da pandemia, não quis perceber que os Lares são instituições de restrito âmbito social que, na sua larga maioria, não têm condições em termos de infraestruturas, de recursos técnicos e humanos, de espaços de isolamento e de equipamento para fornecer acompanhamento em situações de doença aguda e de fácil contágio.

Transcrevo uma reportagem de um exemplo de muitas situações idênticas, que o País não conhece, que foi publicada no "PÚBLICO", em 27 de abril passado, sobre o que se viveu no Lar de Idosos, "Leonor Beleza" da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso: *"O lar fechou-se sobre si próprio, sem que do lado de lá da Linha SNS alguma voz se prontificasse a ajudar. O primeiro doente suspeito esteve sete dias à espera de ser testado. Sem os pequenos gestos heroicos dos funcionários do lar, sem a parte humana que os levou a dedicarem-se aos utentes, muitos mais teriam morrido. Num corpo de 67 funcionários com uma média de idades perto dos 60 anos, e entre os quais abundavam os motivos para se resguardarem em casa (por serem imunodepressivos, terem familiares doentes ou pais idosos, por exemplo), todos quiseram ajudar. Aliás, entre os 28 que acabaram por ficar infetados, muitos queriam continuar aqui. Tivemos que lhes explicar que, em termos éticos, isso não era possível."*

Há sinais de que a situação está a ser alterada, mas o que se passou não pode ser repetido. Para que a atuação seja mais coordenada entre saúde e apoio aos idosos, parece ser uma boa ideia que num próximo ajustamento da estrutura do governo, se coloque debaixo da mesma tutela as duas áreas.

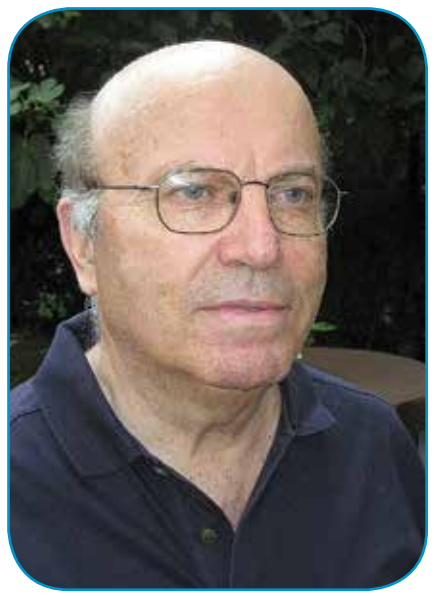
Outro ensinamento que retiro desta experiência tem a ver com o relacionamento entre as instituições sociais e as autarquias locais. Sendo que a larga maioria das Misericórdias e das IPSS exercem as suas atividades a nível local, o certo é que não está previsto qualquer tipo de relacionamento, nomeadamente de natureza financeira, entre as autarquias e essas instituições.

Tudo o que se vai fazendo são ações pontuais que dependem da boa vontade dos dirigentes das autarquias. Penso que seria muito vantajoso que a Lei viesse a prever que as Câmaras Municipais financiassem parte das despesas correntes das instituições socias que exercem atividade nos respetivos municípios, com base numa percentagem a definir sobre a comparticipação outorgada pelo Orçamento de Estado a cada Câmara Municipal.

Mas o ensinamento maior resulta do extraordinário trabalho que está a ser levado a cabo pelas IPSS na luta contra o COVID-19. Mais uma vez, dirigentes e trabalhadores, em circunstâncias muito adversas, nalguns casos verdadeiramente dramáticas, estiveram à altura da nobre missão que justifica a existência destas instituições, o bem comum. Bem hajam!

Os populistas e o descrédito do populismo

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



Nas últimas semanas, foram muitas as notícias protagonizadas por políticos que cultivam aquilo que vulgarmente se chama populismo, um vírus que vem marcando fortemente a vida política de muitos países. Embora o conceito de populismo não seja unívoco, pode dizer-se que ele não designa propriamente uma ideologia, catalogada como sendo de esquerda ou de direita, mas sim um estilo de governação baseado em respostas simplistas para os problemas pontuais e imediatas do povo. Ou, pelo menos, de uma parte do povo com o qual o líder faz questão de se identificar. De qualquer modo, se nem sempre é fácil definir o populismo, não parece muito dificil identificar os políticos a que chamamos populistas.

Embora oriundos ou próximos de ideologias diferentes, os políticos populistas apresentam geralmente alguns traços comuns. Defendem, geralmente, um patriotismo a toda a prova, mas confundem muitas vezes esta virtude com nacionalismo doentio e xenófobo, descobrindo sempre inimigos de estimação a quem podem responsabilizar pelas dificuldades que atingem o seu povo que, assim, pode ser facilmente manipulado e mobilizado contra um inimigo comum, real ou inventado. Tendem ainda a fazer do exercício do poder uma missão de tipo mais ou menos messiânico e, com essa tendência, procuram encobrir os seus tiques ditatoriais. O populismo é um vírus que está espalhado por muitos países e regiões do mundo, desde o continente asiático aos restantes continentes. Podemos assim registar alguns dos seus exemplares mais notórios nos tempos que correm, acreditando que a grande ameaça que esse populismo enfrenta advém dos seus próprios intérpretes, alguns dos quais tudo parecem fazer para o desacreditar.

Começamos naturalmente por Donald Trump, o presidente daquela que é ainda a mais forte das potências mundiais. Já é cansativo recordar aqui o eco profundamente negativo da maioria das suas intervenções políticas, e dizemos profundamente negativo, quer no conteúdo quer na forma de que se revestem. De qualquer modo, a última dessas intervenções, relativa à utilização de desinfectantes no combate à Covid terá excedido tudo o que seria desculpável para quem foi investido no exercício daquelas funções.

Ainda no continente americano, temos o caso de Jair Bolsonaro, o populista que é presidente do Brasil. Depois das suas declarações iniciais e polémicas sobre esta pandemia, ele veio agora agitar a política brasileira com intervenções públicas que se situam na área da aplicação da justiça, isto em casos que envolvem os seus próprios filhos. Para todos os que defendiam e defendem a sua incapacidade legal para continuar na presidência do país, este foi o melhor argumento com que poderiam sonhar na campanha pela sua demissão. Trata-se de um argumento que o próprio Bolsonaro acabou por lhes oferecer, dando assim razão a quantos que pensam que os grandes golpes contra o populismo político vêm precisamente de alguns dos seus intérpretes mais conhecidos, por estarem a desacreditar por completo o seu comportamento político.

HENRIQUE RODRIGUES
Presidente do Centro Social de Ermesinde

"Perfilados de medo"

Roubo a um soneto de Alexandre O'Neill, musicado e cantado por José Mário Branco, e que transcrevo de seguida, o título desta crónica, que me parece muito adequado ao estado de espírito colectivo destes tempos negros que vivemos:

"Perfilados de medo, agradecemos
O medo que nos salva da loucura.
Decisão e coragem valem menos
E a vida sem viver é mais segura.

Aventureiros já sem aventura,
Perfilados de medo combatemos
Irónicos fantasmas à procura
Do que não fomos, do que não seremos.

Perfilados de medo, sem mais voz,
O coração nos dentes oprimido,
Os loucos, os fantasmas somos nós.

Rebanho pelo medo perseguido,
Já vivemos tão juntos e tão sós
Que da vida perdemos o sentido..."

Há concretamente um verso, o último verso do primeiro quarteto, cuja força retrata bem o risco que corremos hoje de, em nome da eficácia sanitária, e da segurança que o confinamento aparentemente traz consigo, podermos deixar pelo caminho alguns dos direitos fundamentais restituídos pela Revolução de Abril, há uma escassa semana festejada: "a vida sem viver é mais segura".

Com efeito, é …

Mas a vida, sem viver, é vida ainda?

2 – Não penso que o Governo tenha andado mal na forma como tem gerido esta crise inédita, e que fractura todo o nosso modo de vida, não sabemos bem até quando …

As medidas têm sido adequadas e proporcionais, calibrando bem os valores da liberdade e da segurança, e os resultados do "milagre" português são a evidência do sucesso desse equilíbrio.

E não subsistem dúvidas de que o fecho do País, e o confinamento, em data mais precoce do que o que sucedeu noutras partes da Europa e do Mundo, são a primeira explicação desse "milagre" – como lhe chamou o Presidente da República.

Falta a segunda parte do "milagre" - que consiste em não permitir que o Governo possa ceder à tentação de, para consolidar e melhorar os resultados sanitários, deixar de ponderar na justa proporção o limite às políticas eficazes: as liberdades civis e os direitos fundamentais.

Nessa perspectiva, os últimos dias deixaram-me intranquilo.

A primeira tentação, que esteve perto de vingar, refere-se ao confinamento a que muitos queriam continuar a sujeitar os mais velhos, sem fim à vista; a própria Presidente da Comissão Europeia, Ursula Van der Layden, queria os mais velhos fechados em casa, ou nos lares, sem contacto com familiares e sem possibilidade de vida própria e autónoma, até pelo menos ao fim do ano.

E por cá muitos comungaram na sentença.

(Sempre por boas razões, para os proteger, ou "por bem" – como ironizava a Rainha D. Filipa de Lencastre, ao mandar pintar o tecto de um salão do Palácio Real de Sintra, onde topara com o marido, o Rei D. João I, abraçado a uma dama do Paço, com dezenas de pegas, trazendo no bico a epígrafe "por bem" – a mesma desculpa esfarrapada que o Rei lhe dera para explicar o abraço à dama, quando apanhado em flagrante.)

Acabou por não ser consagrada essa excepção, de limitar aos mais velhos o afastamento da vida civil e familiar – menos por convicção própria, mas mais pela onda de repúdio que suscitou, desde a APRe! a Manuel Alegre, a que o constitucionalista Jorge Reis Novais conferiu o selo de credibilidade jurídica, concluindo pela inconstitucionalidade da medida, por violar o princípio da igualdade e representar uma discriminação em função da idade, expressamente proibida pela Constituição de Abril.

3 – Foi aqui que António Costa falhou, ao desvalorizar – enquanto jurista, condição que expressamente alegou – os comandos e os valores da Constituição como limite material do seu poder na contenção da pandemia.

"Diga a Constituição o que disser", terá de ser como eu digo – foi aproximadamente a infeliz fórmula que usou.

Parecia Pedro Passos Coelho, e a sua displicência perante a Constituição – que lhe valeu vários chumbos do Orçamento pelo Tribunal Constitucional, como é oportuno lembrar; tornando claro que nenhum Governo, por maior ou menor legitimidade eleitoral que possua, pode dispor de poderes ilimitados.

Pelo contrário, andou bem aqui o Presidente da República, ao lembrar, a propósito da comemoração do 25 de Abril no Parlamento, que, sendo certo que o Governo tem sempre que sentir os freios e contrapesos institucionais que limitam o seu poder, essa exigência á ainda maior em tempo de excepção, em que naturalmente os executivos tendem a exorbitar o alcance das suas competências – sempre por bem, naturalmente, como as pegas de D. João I.

4 – Custou-me particularmente não descer, como habitualmente faço, da ex-PIDE-DGS, no Porto, até à Avenida dos Aliados, com um cravo na lapela, na manifestação que celebra a reconquista da liberdade.

E recordo com saudade a primeira manifestação do 1º de Maio no Porto, depois da liberdade, ocupando toda a Baixa – a maior manifestação a que assisti.

É também com nostalgia que lembro as manifestações do 1º de Maio em que participei, ainda antes de 1974.

Nessa medida, compreendo a vontade de a CGTP querer manter a tradição de festejar o 1º de Maio na rua – restituindo, embora brevemente, à rua o papel do espaço público na vida colectiva, por contraponto simbólico ao deserto em que o dever de confinamento transformou cidades, vilas e aldeias.

Mas aqui já andou bem e mal o Primeiro-Ministro:

Bem, ao ter percebido que a abertura da excepção para a CGTP lhe retirava margem para não estabelecer idêntica possibilidade à peregrinação de 13 de Maio em Fátima – o que veio a suceder, pela voz da Ministra da Saúde.

Mal, por ter inicialmente afastado essa possibilidade, mesmo depois de advertido por todos os constitucionalistas de que o estado de calamidade, ao contrário do estado de excepção, não permitia nunca limitar a liberdade religiosa – consagrada na Constituição como direito fundamental.

5 – O que considero mais chocante – para além das mortes em si próprias, evidentemente -, de entre os sinistros efeitos desta pandemia, é a solidão absoluta em que se morre, sem a presença apaziguadora de um familiar.

E também a limitação da presença, mesmo de familiares próximos, nos funerais, quer de pessoas falecidas por Covid 19, quer por outras razões, que vigorou durante o estado de emergência

António Costa percebeu a desumanidade desta restrição, explicando, em entrevista à RTP, com uma sinceridade que parecia verdadeira, que, a partir do início do estado de calamidade, essa restrição deixa de existir relativamente a familiares directos, impondo essa vontade às autarquias titulares dos cemitérios.

Disse também o Primeiro-Ministro, na mesma entrevista, que não se importa de recuar, na gestão desta crise, sempre que lhe parecer necessário.

Começou bem, ao começar por aqui …

CRECHES REABREM DIA 18 DE MAIO

IPSS demonstram capacidade e vontade de reiniciar atividades

A CNIS realizou uma sondagem junto das 1.059 IPSS associadas com a resposta social de creche, no sentido de avaliar a situação e as condições para a reabertura e o reinício das atividades.

Deste universo de instituições responderam 441, o que corresponde a uma taxa de resposta de 41,6%, que tem representação nacional, não apenas em número de IPSS, mas igualmente em representação territorial.

Uma análise simplista dos dados permite concluir que apenas 14,1% considera que não haverá adesão dos encarregados de educação para a integração da sua criança na creche aquando da reabertura a 18 de maio.

Dos 85,9% que considera que haverá adesão dos encarregados de educação, metade destes considera que essa adesão corresponderá a 50% dos pais, sendo que apenas 6,1% refere que essa adesão não será superior a 24%.

Outra matéria abordada na sondagem é a existência de outras salas disponíveis na instituição para poderem ser utilizadas, permitindo, assim, o distanciamento entre as crianças. Cerca de metade (51,3%) confirma essa possibilidade. Já das 215 (48,8%) instituições que referem não dispor de mais salas para assegurar o distanciamento social, dividindo os grupos existentes, 179 (62,4%) desenvolve a resposta de educação pré-escolar e 120 (41,8%) de CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres.

Não fora a reabertura a 1 de junho destas respostas sociais e esta dificuldade poderia ser melhor resolvida. Das salas disponíveis, 31,9% não estão afetas nem a pré-escolar, nem a CATL.

Relativamente às equipas de trabalhadores, 81,3% das respostas das IPSS refere que estão disponíveis e em condições entrar em funções.

Por outro lado, algumas IPSS, respondendo ao questionário, manifestaram alguma preocupação e a necessidade de terem acesso, tão breve quanto possível, a orientações.

Foi a 16 de março que as creches encerraram em Portugal, deixando as instituições com várias crianças nos braços (leia-se, problemas).

Dois meses volvidos, é hora de reabrir, mas as incertezas e as dúvidas são ainda muitas.

É por exemplo o sentimento no Centro Social e Paroquial de Paderne, em Albufeira, como refere David Cabrita, diretor de serviços da instituição algarvia: "Para a abertura ainda estamos sem orientações e esclarecimentos superiores. São, no total, 178 crianças e precisamos de esclarecimentos. Ainda não sabemos quem voltará, mas sabemos já que vamos ter algumas rescisões, porque há pais a ficar desempregados e que ficarão com as crianças em casa. Depois, há famílias que estão sem condições financeiras e a isto junta-se o receio dos pais em trazerem as crianças para a creche".

A situação económica e financeira das famílias está a deteriorar-se novamente e as instituições começam a sentir, "pois já temos uma grande quantidade de pedidos de apoio alimentar".

Nas três creches do Centro Social e Paroquial de Paderne, mais de 50% do pessoal está em casa em assistência aos filhos e as educadoras em lay-off.

E aqui entronca o grande problema que David Cabrita identifica nesta reabertura de atividade nas creches: "Cerca de 50% das funcionárias da creche tem filhos no 1º Ciclo e que, por isso, estarão em casa. Este é o grande senão, pois não temos pessoal para abrir".

Este não é um obstáculo para o Centro Social Paroquial de São Bernardo, onde a componente das respostas à Infância é predominante.

Quando encerraram portas a 16 de março, "alguns trabalhadores foram para lay-off, outros foram destacados para o lar e há ainda uma percentagem em casa a dar assistência a familiares", refere Isabel Mónica, diretora de serviços da instituição aveirense.

Para a abertura a 18 de maio, a instituição já começou "a contactar os pais para saber do interesse em trazer as crianças, mas sabemos que muitos não virão para já".

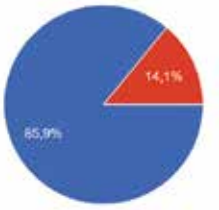
Já em termos de pessoal, "não haverá problema para retomar as atividades", sustenta Isabel Mónica.

Com uma creche apenas para 12 crianças, a Associação de Beneficência «Amigos da Terrugem, concelho de Elvas, que há muito vem sentido a diminuição de crianças na freguesia, em princípio não abrirá a 18 de maio.

"Quando fechámos as nossas três trabalhadoras não quiseram entrar em lay-off e quiseram ajudar e passaram para o lar de idosos. A educadora ficou responsável pelos contactos dos idosos com os familiares por videochamada e as duas auxiliares ajudam no que é necessário", explica João Pataca, diretor de serviços, acrescentando: "Ainda antes de se saber da abertura das creches a 18 de maio, chegámos a acordo com elas para gozarem as férias de Agosto agora no mês de maio, uma vez que a creche estará aberta nesse mês este verão, face às circunstâncias. Elas compreenderam a situação que a pandemia está a implicar na vida de todos e deram uma demonstração de solidariedade".

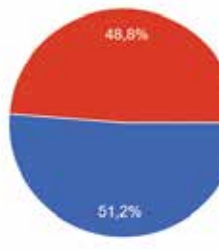
Enfrentando mais uma vez grandes desafios, as instituições têm dado mostras de grande vitalidade, reinventando-se e buscando soluções para os muitos problemas que se lhe deparam.

"Apesar dos receios próprios, acredito que as instituições vão conseguir a retoma da confiança dos pais e organizar a resposta cumprindo as regras de segurança e de distanciamento", sublinha o padre Lino Maia, presidente da CNIS.

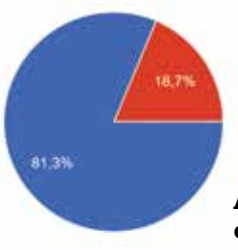


Perante uma eventual reabertura da creche considera que existirá adesão dos pais/responsáveis parentais para as crianças retomarem a frequência desta resposta social?
441 respostas

Se sim, identifique a que considera que será a percentagem de adesão
379 respostas



Sendo exigido o distanciamento social, existem outras salas na Instituição que possam ser utilizados?
441 respostas



A equipa de trabalhadores da creche está disponivel e em condições para assegurar a reabertura?
214 respostas

ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA IDOSOS

E, de repente, tudo mudou...

Com o encerramento das respostas sociais para a Infância, logo a 16 de março, tal como dos centros de dia, centros de convívio e outras valências que implicassem a mobilidade de utentes entre o exterior e o interior dos equipamentos sociais, as IPSS tiveram que redobrar esforços nas respostas residenciais.

"Esta é uma experiência que nos afeta e que se sente pela alteração da forma de vida. A inter-relação pessoal e profissional diária do Lar e Núcleo de Convívio e Partilha/Centro de Dia caracterizava-se por um termo usado e que aprendemos a perceber: «Sempre em Festa»", começa por referir Luís Figueiredo, presidente da Associação Casapiana de Solidariedade, acrescentando: "De repente, quase tudo mudou, sem que fosse percetível para todos, mas os bailes pararam, os gestos afetivos passaram a ser mais distantes, , os passeios pela cidade foram interrompidos e as idas ao teatro, cinema e ao circo foram canceladas. Depois, as visitas de familiares e amigos passaram a ser menos frequentes e mais curtas".

E não demorou muito a que também estas fossem suspensas, com a "tecnologia, não desconhecida de todos, a entrar pela casa dentro", passando o novo normal a serem a videochamadas.

Logo de início, a Direção apercebeu-se "da dificuldade de se tomarem decisões impopulares e de difícil compreensão e aceitação", mas a necessidade assim o exigia.

Iniciou-se logo a compra de EPI, higiene e limpeza para dois meses, triplicando o stock", realizaram-se "ações de esclarecimento a todos os funcionários, alertando-os e sensibilizando-os para a importância dos cuidados a ter no ambiente do Lar e nas suas próprias casas incluindo com as suas próprias famílias e agregados.

Em termos de orgânica, "segmentaram-se os residentes e cuidadores em três grupos por três andares diferentes, de acordo com o estado de saúde e o grau de autonomia e mobilidade dos utentes", ao passo que os frequentadores do Centro de Dia passaram a utentes do apoio domiciliário.

Foi ativado o espelho na reestruturação dos turnos da totalidade do pessoal, resultando 14 dias de serviço com dois turnos de 12 horas por dia e 14 dias em quarentena social em casa, entre outras medidas tomadas para mitigar a entrada do vírus na instituição. Por outro lado, quatro utentes foram colocados em isolamento, por segurança, motivado pelas idas frequentes ao exterior para sessões de hemodiálise e idas ao hospital.

Em todo este processo, que até ao fim de abril registava zero casos, "a maior dificuldade foi realmente lidar com o medo e estabelecer um clima de confiança na instituição que combata o permanente dia a dia de notícias alarmantes, mesmo que algumas reais, que fazem crer que os lares são todos uma desgraça, que vão ser todos afetados e que vai toda a gente morrer", lamenta, Luís Figueiredo, que destaca ainda outra nuvem negra: "Depois temos as questões financeiras relacionadas com aumento brutal de gastos e a perda de receitas significativas provenientes de alugueres de espaços. Afinal a sustentabilidade por que tanto lutamos parece ir toda «por água abaixo»".

Situação muito mais difícil e complicada viveu-se no Lar de S. José, pertença do Património dos Pobres, de Ílhavo, onde há a lamentar 12 falecimentos.

No entanto, como diz o povo, depois da tempestade vem a bonança, e após testes realizados a todos os 54 utentes e equipa de funcionários, no dia 24 de abril, é caso para dizer que a liberdade chegou para a instituição ilhavense. Em especial, para quatro trabalhadores, entre os quais o diretor-técnico, que durante quatro semanas asseguraram todos os serviços aos 30 utentes infetados que ficaram no Lar de S. José. É que para além dos utentes a dois de março 15 funcionários testaram positivo, entrando em quarentena.

No entanto, "o pior já passou, e após os testes de 24 de abril, apenas quatro utentes testaram positivo, "permanecendo no lar, isolados dos restantes 37", permanecendo um ainda no hospital. Entre os trabalhadores já só dois deram positivo.

No entender de Paulo Edgar, apesar de a instituição ter implementado o plano de contingência na mesma altura que as outras instituições e o cancelamento das visitas, "o lar é um lugar de afetos e onde há muito contacto físico entre todos, as mesas de refeição são de quatro, pelo que o contágio é fácil".

O primeiro problema surgiu a 12 de março e a partir daí foi uma bola de neve... de emoções fortes.

No período mais crítico, os voluntários não quiseram ir para o lar apoiar os idosos infetados, ficando-se por ajudar com os 10 não-infetados que foram transferidos para uma pensão local.

"Agora já se conseguem voluntários e temos também aí algumas pessoas da bolsa do IEFP, a quem temos que pagar a bolsa", refere o diretor-geral do Lar de S. José, que recorda a tempestade que a instituição viveu: "Os óbitos foram momentos dramáticos. As auxiliares de ação direta, que as pessoas pensam que só lavam e mudam fraldas aos idosos, saíram dali destroçadas, porque são elas que lidam todos os dias com eles e lhes dão carinho e afeto. Quando saíram ao fim de quatro semanas, os trabalhadores estavam visivelmente afetados, porque foi muito violento".

Paulo Edgar sublinha a solidariedade da população e o empenho das autoridades.

"Como não havia EPI no mercado, a Câmara Municipal e a Segurança Social arranjou algum, recorremos à população, que foi inexcedível, pois foi muito solidária", destaca.

Já sobre a abertura do lar, o responsável é perentório: "Ainda não temos condições para pensar nisso. Em maio vamos trabalhar em espelho para garantir a segurança e esperemos que seja um mês de acalmia e de rotina... sem visitas".

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO)

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

- SINAL MAIS
- GERTAL ITAU
- SOGENAVE
- STRONG CHARON
- UPK
- B2B
- CERGER
- FEB CAFÉS
- IBERLIM
- PAPIRO
- VIVAMAIS
- SERDIAL
- BIOSOG
- TICKET SERVIÇOS FLEXBEN
- A TEMPORÁRIA
- A TEMPORÁRIA OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 15 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em *Business & Facility Services*.

Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

www.trivalor.pt

RUA DA GARAGEM, Nº 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

TRIVALOR

ASS. CULTURAL, SOCIAL E DE MELHORAMENTOS DA VERMIOSA, FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Ninguém nos testou e ninguém nos diz nada

Fica encostada a Espanha, mas, apesar do que se passou no país vizinho com a Covid-19, na freguesia da Vermiosa, concelho de Figueira Castelo Rodrigo, não se conhece caso positivo ou suspeito.

Também na Associação Cultural, Social e de Melhoramentos da Vermiosa a situação é tranquila e está controlada.

"Está a correr bem", refere Esmeralda Diogo, presidente da instituição, acrescentando: Para já sem problemas, mas fartos de gastar dinheiro em equipamentos de proteção individual (EPI), e de higienização e limpeza".

Desde cedo, a instituição implementou o plano de contingência, com a diretora-técnica em teletrabalho, pois "tem uma criança pequena", passou-se a trabalhar com dois turnos (das 7h00 às 19h00 e das 19h00 às 7h00) e "as funcionárias do Serviço de Apoio Domiciliário não entram no lar, nem se cruzam com as outras equipas".

Esmeralda Diogo lamenta o abandono a que a instituição foi votada: "Ninguém nos testou e ninguém nos diz nada. Do Centro de Saúde de Figueira e da Segurança Social perguntaram qual era o número de utentes e de funcionários, mas até agora não nos disseram mais nada".

Por outro lado, a instituição já gastou dois mil euros em EPI, "porque os preços de mercado estão muito altos" e, para além de umas poucas máscaras e luvas, cinco litros de desinfetante e umas viseiras da Ciência Viva, nada mais foi doado.

E Esmeralda Diogo sublinha que a instituição necessita de dois termómetros de testa, de máscaras e luvas e de álcool.

"Ninguém nos dá nada e não temos dinheiro para fazer mais aquisições", acrescenta em termos de apelo.

A instituição já prepara a reabertura, tendo já destinado um espaço para fazer as visitas aos utentes.

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

Plataformas digitais como forma de atenuar o distanciamento social dos idosos

Num momento em que se vive em estado de emergência, as plataformas digitais desempenham um papel fundamental para apoiar os cidadãos, particularmente os mais velhos.

O envelhecimento populacional é uma realidade verificada em todos os países da União Europeia (em 2018, 19% desta população tinha 65 anos ou mais). Com o distanciamento social durante a pandemia torna-se fundamental colmatar as necessidades das pessoas mais velhas e, sabendo que a idade é um fator de risco na pandemia da Covid-19, é essencial criar/adequar respostas.

Nesse sentido, Cáritas Diocesana de Coimbra integra o projeto europeu PlatformUptake.eu, que é uma Ação de Coordenação e Suporte à Comissão Europeia para plataformas digitais de apoio ao Envelhecimento Ativo e Saudável, que se propõe encontrar uma solução de larga escala para promover comunidades inclusivas.

Para responder às alterações demográficas provocadas pelo envelhecimento da população, com a necessária estrutura e recursos, a União Europeia viabilizou diversos projetos TIC. Isto fez com que fosse criado um número considerável de plataformas «open source» (acesso aberto) para o desenvolvimento de soluções inovadoras no domínio do envelhecimento ativo e saudável.

Estas plataformas estão dentro do mesmo domínio, competindo ou complementando-se entre si, o que torna necessário haver uma maior interoperabilidade entre elas.

Neste contexto, o PlatformUptake.eu está a analisar e a descrever o ecossistema destas plataformas, promovendo sinergias entre as respetivas redes e os projetos relacionados nos domínios AHA – Active and Healthy Ageing (Envelhecimento Ativo e Saudável) e IoT – Internet of Things (Internet das Coisas).

Através da criação de informação centralizada, pretende-se avaliar o impacto social das plataformas existentes, criar ferramentas de monitorização e avaliação, recolher histórias de sucesso dos utilizadores e boas práticas, promover a interoperabilidade e definir orientações comuns para a adoção dessas plataformas em larga escala.

O projeto foi aprovado no âmbito do programa H2020 da União Europeia e está a ser desenvolvido em parceria por 12 entidades altamente experientes de 10 países europeus, nomeadamente: Cáritas Diocesana de Coimbra (Portugal), Technical University of Madrid (Espanha), University of the Balearic Islands (Espanha), Italian National Research Council (Itália), Fraunhofer (Alemanha), Institute of Communication and Computer Systems (Grécia), Jožef Stefan Institute (Eslovénia), AFEdemy (Países Baixos), Linköping University (Suécia), Stichting Smart Homes (Países Baixos), Etablissements A. Lievens Lanckman (Bélgica) e SYNYO GmbH (Áustria), que é o coordenador do projeto.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

«Coimbra a Brincar» adiado para 2021 e lança concurso de brincadeiras em casa

A Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) e os seus parceiros na organização do «Coimbra a Brincar» decidiram adiar para 2021 a próxima edição deste evento, prevista para o final de maio.

A decisão foi tomada atendendo à atual situação de saúde e às recomendações das diversas autoridades, bem como tendo em consideração que o propósito central do «Coimbra a Brincar» é celebrar o Dia Internacional do Brincar, que se assinala anualmente a 28 de maio.

No entanto, com o objetivo de não deixar de passar a mensagem de que o brincar é uma atividade benéfica para todas as idades e uma fonte de prazer, alegria e aprendizagem, o «Coimbra a Brincar» vai lançar um concurso de brincadeiras em casa, aberto à participação de todos.

#todosbrincamemcasa, assim se chama esta iniciativa, dá continuidade ao passatempo #todosbrincam, realizado em edições anteriores do «Coimbra a Brincar» e em que se desafiava os participantes a partilhar uma foto ou um vídeo de um momento de brincadeira. Este ano, o objetivo continua a ser promover hábitos salutares de convívio e jogo, mas também, tendo em conta o contexto que vivemos, a sua realização em contexto doméstico.

Assim, estas imagens terão de dizer respeito a atividades realizadas em casa e ser enviadas para informacao@apc-coimbra.pt até ao dia 19 de maio. Os vencedores – que receberão prémios não-monetários, relacionados com as atividades dos parceiros e patrocinadores do «Coimbra a Brincar» – serão escolhidos através dos Gostos e Partilhas obtidos na página de Facebook do evento, em www.facebook.com/CoimbraaBrincar, onde também poderá ser consultado o regulamento do concurso.

Por outro lado, a APCC e os vários parceiros da região envolvidos na organização do «Coimbra a Brincar» estão a utilizar aquela página para divulgar sugestões de atividades relacionadas com o brincar para todos.

PRÉMIOS BPI

Prazos de candidaturas alargados devido à Covid-19

O BPI e a Fundação «la Caixa», para facilitarem as candidaturas das entidades sociais aos Prémios BPI, decidiram alargar os prazos de candidatura aos Prémios Capacitar, Seniores e Rural para apoiar novas iniciativas de acompanhamento às pessoas mais afetadas pela crise provocada pela pandemia do coronavírus.

Esta decisão reforça o compromisso dos Prémios BPI com o apoio a instituições do Terceiro Sector, através do alargamento do âmbito de atuação a projetos que apresentem respostas concretas para acompanhar as pessoas afetadas pelo contexto do novo coronavírus e através da adaptação dos critérios de avaliação aos desafios desta nova realidade.

Assim, os períodos das candidaturas foram alterados para o seguinte calendário: Prémio BPI Seniores, de 17 de março a 11 de maio; Prémio BPI Capacitar, de 16 de abril a 8 de junho; e Prémio BPI Rural, de 28 de abril a 22 de junho.

Os projetos desenvolvidos em parceria com outra entidade serão mais valorizados e podem concorrer a um valor superior. Em paralelo, será também dada uma atenção particular a projetos que enfoquem a humanização da saúde, em especial que promovam o apoio a cuidados paliativos, sendo esta uma das prioridades da ação da Fundação “la Caixa” em Portugal.

José Figueiredo
Economista

A Pandemia e a distribuição da riqueza

Ao longo da história as grandes redistribuições da riqueza resultaram de guerras, revoluções ou pestes.

Pondo de lado as revoluções, que foram muitas vezes feitas justamente para mudar a distribuição da riqueza, vale a pena olhar para o que emergiu das guerras e pestes do passado.

Em matéria de pandemias, o caso extremo foi a peste negra que acometeu a Europa no século XIV.

Não temos registos precisos da razia da peste negra. Contudo, cálculos aproximados dizem-nos que poderá ter ceifado 30% da população da Europa e, nalgumas regiões, 60% ou mesmo mais.

O que seguiu foi uma colossal redistribuição da riqueza por via das heranças. Os que tiveram a felicidade de sobreviver herdaram por vezes de vários legatários e ficaram subitamente ricos.

Uma outra forma de transferência de riqueza aconteceu por via do aumento dos salários reais.

Sobraram poucos braços para trabalhar e os poucos que havia ganharam subitamente um poder negocial imenso.

As coisas tomaram tal proporção que, um pouco por todo o lado, surgiram leis para limitar os salários. Leis duríssimas, quer para os trabalhadores quer para os empregadores que prevaricassem.

A nossa lei das Sesmarias, por exemplo, que no meu tempo de escola era celebrada como uma iniciativa progressista do rei D. Fernando que visava o arroteamento das terras incultas, era, na verdade, uma lei que limitava os salários.

Porventura devemos o carácter secreto (ou discreto, como dizem agora) da maçonaria ao ambiente geral posterior á peste negra. Era absolutamente proibida, sob pena de morte, a organização de trabalhadores com vista à obtenção de melhores condições. Muito provavelmente os que estavam mais organizados mergulharam numa conveniente clandestinidade…

Vejamos agora as guerras.

Aqui o fenómeno mais extremo que conhecemos é o que se passou na Europa na sequência das guerras mundiais.

Antes de 1914 o valor total dos patrimónios (privado e público) valia tipicamente entre 6 e 7 vezes o produto anual. Á saída da segunda guerra mundial esse ratio valia entre 2 e 3.

Ao contrário do que se possa pensar, a destruição física da guerra explica apenas um quarto da redução no valor dos patrimónios.

Muito do valor foi perdido nos ativos detidos sobre o exterior em resultado do fim dos impérios coloniais. A quebra nas taxas de poupança, que se percebe no contexto da época, foi outro fator importante.

Mas, porventura o maior contribuinte para a perda de valor das fortunas foi a quebra no valor dos investimentos em resultado da ação política dos estados durante e depois da guerra.

Por exemplo, o valor do imobiliário residencial caiu significativamente porque havia escassez de habitação, mas, para evitar exploração desmedida pelos proprietários, as rendas foram colocadas sob controlo administrativo.

Do mesmo modo, muitas empresas foram nacionalizadas a seguir à guerra seja por necessidade (não havia outra forma de as pôr em funcionamento) seja por punição a colaboracionistas nazis ou ainda por razões puramente ideológicas.

Será que desta pandemia, de uma forma ou de outra vai resultar uma massiva redistribuição da riqueza como aconteceu nos episódios catastróficos do passado?

Naturalmente que não vamos, felizmente, ver pessoas a enriquecer com múltiplas heranças como aconteceu depois da peste negra.

Embora aqui e ali se fale da possibilidade de nacionalizar algumas empresas (companhias aéreas, por exemplo) tratar-se-á sempre de casos esparsos e sem grande significado económico.

Embora pareça plausível uma quebra no valor do imobiliário, o mais provável é que afete sobretudo o segmento comercial (shoppings, escritórios, etc.).

O valor de mercado das empresas (cotadas ou não cotadas) pode cair.

O valor de uma empresa é a sua capacidade para gerar lucros no futuro. Os lucros da grande maioria das empresas, no imediato, vão cair a pique. No entanto, se acreditarmos que a crise é um mero blip temporário e que daqui a um ano ou dois as coisas voltam ao normal, o valor dos cash-flows futuros não deveria variar significativamente e, como tal, também não deveria variar muito o valor atual das empresas.

O que, obviamente, não impede variações especulativas muito grandes no curto prazo como as que vimos nas últimas semanas.

Em suma, se acreditarmos que a covi19 no espaço de alguns trimestres estará controlada, não parece que venha por aí uma massiva destruição e redistribuição da riqueza.

E, no entanto, pode não ser bem assim. É que, finalmente, tudo depende da forma como os estados resolverem a questão da dívida.

Quando a poeira assentar os estados vão acordar com as maiores dívidas de sempre em tempos de paz. Vai ser necessário lançar medidas fiscais absolutamente excecionais. Mas sobre quem? E sobre o quê?

Não sei dizer-vos. Mas sei um par de coisas.

A primeira é que não vale a pensar em replicar as soluções do passado recente – a malta simplesmente revolta-se.

A segunda é que é tempo de ir buscar o dinheiro a locais atualmente pouco frequentados. Num mundo onde 1% da população detém mais de 50% da fortuna é para mim óbvio que devemos começar por aí – tributar a fortuna e tributar menos o rendimento.

E como a desigualdade na distribuição do rendimento quase que mimetiza a desigualdade na distribuição da riqueza, o que ficar de tributação do rendimento tem de ser mais fortemente progressiva.

Ainda mais?! Sim, sim, possivelmente muito mais. Passou pouco mais de meio século sobre a segunda guerra mundial e, no entanto, já nos esquecemos do que ela trouxe em termos fiscais. Nos Estados Unidos, por exemplo, as taxas marginais de imposto sobre o rendimento chegaram aos 90%. Sim, sim, leram bem – 90%.

Não consta que isso tenha impedido a América de se tornar na megapotência que ainda hoje é…

Creio que, quando os estados de capitalismo avançado (com poucas exceções) estiverem com balanços de dívida pública bem acima de 100%, políticos sensatos vão perceber que só há dois caminhos: mais do mesmo e revolta social ou mudar radicalmente os sistemas de tributação e promover pela via fiscal uma transferência massiva de riqueza privada para riqueza pública.

No passado as dívidas públicas eram pagas com confisco ou com inflação.

Não me parece que na conjuntura atual a inflação possa resolver grande coisa. O confisco, muito justamente, arrepia-nos.

Resta a reforma fiscal. Espero que se vá por aí!

Sogenave®
Food Solutions

40 anos a servir
as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.
Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.
A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

TEMOS A SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS
NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224
www.sogenave.pt

apcer ISO 9001 · apcer ISO 14001 · apcer ISO 22000 · IQNet

SOGENAVE - Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Indústria Hoteleira, S.A.
Lisboa • Rua da Garagem, 10 • 2794-022 Carnaxide • Porto • Rua das Cardosas, n.º 1495 • S. Pedro Fins • 4425-510 Maia

Foto: V.M. Pinto

A luz ao fundo do túnel

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia| **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446| **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

COVID-19

Programa de testes nos lares de idosos concluído até meados de maio

O programa de testes à covid-19 nos lares do país deverá ficar concluído até meados de maio, abrangendo 65 mil trabalhadores, mantendo-se depois em monitorização, disse a ministra da Solidariedade e Segurança Social. "Temos 65 mil trabalhadores nos lares, portanto dentro de três semanas vamos conseguir concluir o programa nos lares em todo o país", afirmou Ana Mendes Godinho aos jornalistas em Peniche.

Segundo a governante, até fim de abril foram concluídos 20 mil testes. "É um processo que não fica concluído porque queremos continuar a monitorizar", advertiu.

Ana Mendes Godinho falava depois da assinatura de um protocolo com o Instituto Politécnico de Lisboa para a criação em Peniche, no distrito de Leiria, de um laboratório de diagnostico da covid-19, que começou a receber testes realizados nos lares dos concelhos abrangidos pelas comunidades intermunicipais de Coimbra, Leiria, Médio Tejo e Oeste.

O programa de testes nos lares, com a realização de 4000 diários, conta atualmente com duas dezenas de parceiros, entre universidades, politécnicos, unidades de investigação e administrações regionais de saúde, disse a ministra.

"O objetivo é isolar casos positivos entre profissionais que trabalham nos lares, visto que os lares não têm visitas há mais de um mês e quem tem o risco de ser portador do vírus são os trabalhadores", explicou Ana Mendes Godinho.

O programa contempla outras medidas, como a adequada separação de utentes e a correta utilização de equipamentos de proteção individual", recorda.

"Mais de 50% das pessoas que estão nos lares têm mais de 80 anos, o que demonstra que é uma população frágil e vulnerável", sublinhou a governante.

Este programa é concretizado com as comunidades intermunicipais, em articulação com as autoridades de saúde locais e os centros distritais da Segurança Social.

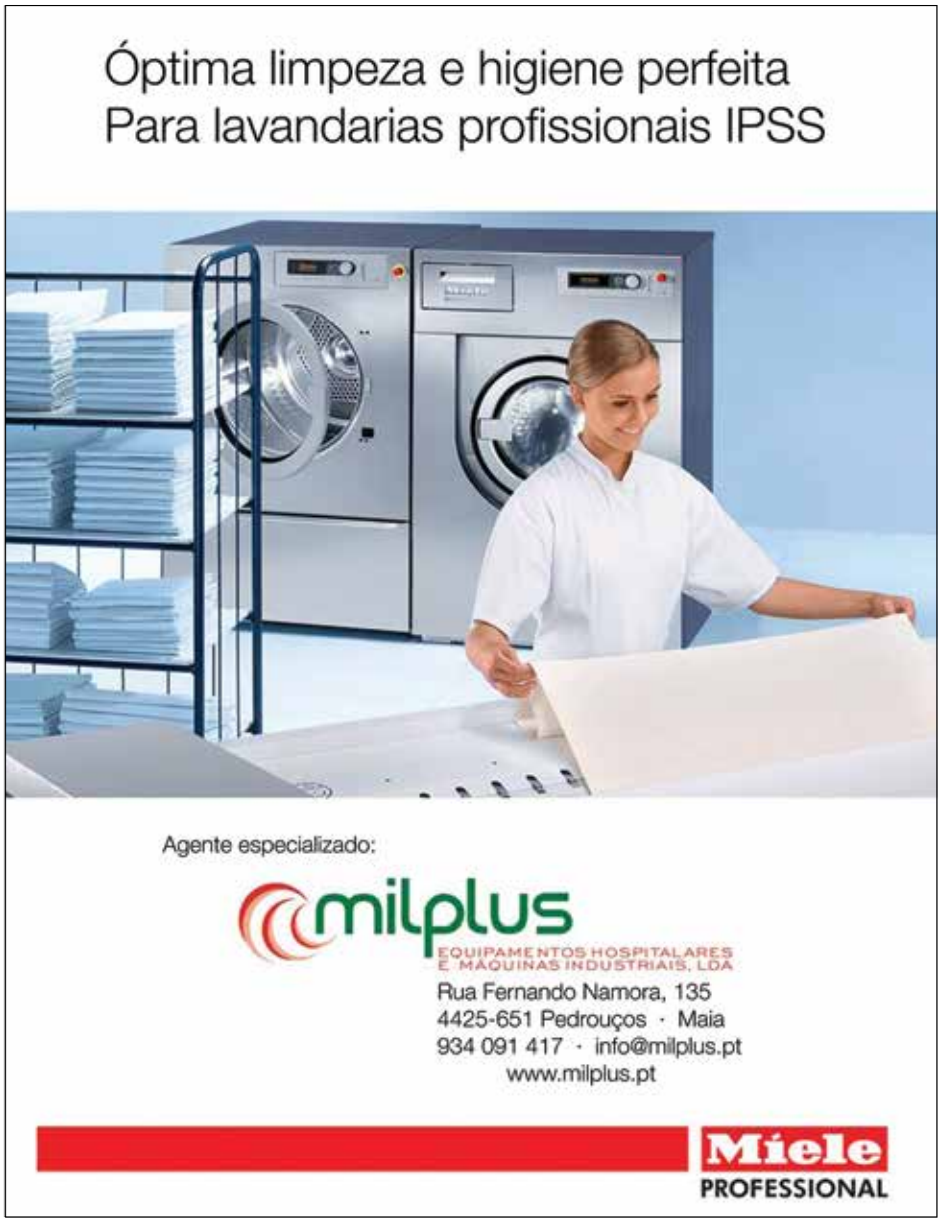
Em Peniche, o laboratório de diagnóstico à covid-19 funciona no edifício de investigação da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, pertencente ao Instituto Politécnico de Leiria. O laboratório vai analisar 180 testes por dia.

O contágio de covid-19 nos lares de idosos tem sido uma das "recorrentes preocupações" das reuniões da Estrutura de Monitorização do Estado de Emergência, que aponta a "escassez de recursos humanos" nestas unidades, segundo um relatório do Governo.

"A EMEE [Estrutura de Monitorização do Estado de Emergência] continuou a prestar particular atenção à problemática da disseminação do contágio nos estabelecimentos residenciais para idosos (ERPI). Esta revelou-se, aliás, uma das mais recorrentes preocupações manifestadas nas reuniões da EMEE, em grande medida devido ao impacto diferido da disseminação da doença em ambiente de lares de idosos", refere o relatório sobre o segundo período do estado de emergência, entre 03 e 17 abril.

O documento, entregue pelo Governo à Assembleia da República, realça que nas reuniões da EMEE foi igualmente "dada nota da situação da escassez de recursos humanos para prestar apoio aos utentes de ERPI".

"Para além dos problemas estruturais prévios, o facto de um significativo número de funcionários dessas instituições estarem, eles próprios, infetados ou doentes, dificulta a prestação do apoio pessoal e social aos idosos", precisa o relatório, assinado pelo ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, que preside à Estrutura de Monitorização do Estado de Emergência.

O relatório destaca que a resolução "do problema da escassez de funcionários foi mitigada" através do recurso ao voluntariado, a instituições do setor social e aos municípios, bem como à mobilidade de trabalhadores da administração central e da administração local.

O documento acrescenta também que as preocupações manifestadas em relação aos lares de idosos são extensíveis a outros equipamentos sociais de apoio a grupos vulneráveis, nomeadamente pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade.